Companhia de Gás do Ceará - Cegás
CNPJ 73.759.185/0001-96 NIRE 23300019431

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS apresenta aos usuários, fornecedores, acionistas e ao mercado em geral este relatório, que contempla o demonstrativo das ações executadas pela empresa, os principais resultados alcançados ao longo de 2019, os objetivos e as perspectivas para os próximos anos.

As ações realizadas ao longo do ano reforçam o compromisso da CEGÁS em atuar com excelência no serviço de distribuição de gás, contribuindo com soluções energéticas eficientes e seguras para o desenvolvimento sustentável do Ceará, atendendo às expectativas dos usuários, de forma rentável e ambientalmente adequada.

A CEGÁS, nos seus 26 anos de existência, tem contribuído para o desenvolvimento sustentável do Estado do Ceará, tendo, para isso, construído uma rede de gasodutos que se estende por mais de 500 km, abrangendo os municípios de Aquiraz, Aracati, Caucaia, Eusébio, Fortaleza, Horizonte, Pacajus, Pacatuba, Maracanaú e São Gonçalo do Amarante (região do Pecém).

Após meses de desaceleração, a economia brasileira apresentou sinais de retomada do crescimento no terceiro trimestre de 2019, impulsionada, entre outros fatores, pela recuperação no mercado de crédito. Entretanto, a perspectiva para a indústria de transformação é incerta, devido a um cenário externo ainda duvidoso. O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 1,1% em 2019, segundo divulgação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Já as projeções apresentadas para 2020 foram de 2,10% para o PIB e de 2,50% para o PIB Industrial, em 2021 previu-se um crescimento de 2,75% no PIB industrial e 2,50% para PIB geral. A taxa de 2,50% foi mantida como perspectiva para os demais anos.

No que diz respeito ao mercado de gás natural no Ceará, o que se observa é um aumento da demanda deste energético acima da média nacional, com destaque para a ampliação do uso no segmento residencial, devido principalmente aos esforços recentes de saturação da rede existente por parte da Companhia, e no segmento automotivo. A tendência deve ser mantida nos próximos anos.

A CEGÁS encerrou o ano de 2019 com uma carteira de 20.329 usuários atendidos, crescimento de quase 40% em relação ao ano anterior, recorde na história da CEGÁS. O volume ex-térmico distribuído foi de 200,7 milhões de metros cúbicos, que representa um aumento de 4,7% em relação ao ano de 2018 (191,7 milhões de metros cúbicos), enquanto no Brasil os volumes ex-térmicos permaneceram praticamente estagnados. Pode-se destacar que os segmentos residencial, comercial, industrial e automotivo cresceram 23,2%, 6,5%, 2,7% e 8,3%, respectivamente. Ao considerar o volume térmico, a Companhia distribuiu 440,5 milhões de metros cúbicos, o que representa um aumento de 44,7% em relação ao do ano de 2018. Este aumento foi devido à retomada do fornecimento de gás natural à Central Geradora Termelétrica Fortaleza – CGTF (Termofortaleza), que em 2018 havia paralisado suas operações devido à aplicação, pela Petrobrás, da cláusula de resilição do contrato de suprimento à CEGÁS.

O EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization), ou lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização, totalizou em 2019 o montante de R$ 83,8 milhões, o que significa um aumento na ordem de 14,6 % em relação ao ano anterior (R$ 73,1 milhões). O Lucro Líquido, por sua vez, foi de R$ 60,9 milhões, o que representa um aumento da ordem de 7,4% em relação ao ano anterior (R$ 56,7 milhões).

O ano também foi marcado por importantes realizações, entre as quais destacamos:

i) Incremento de 5.681 usuários em um único ano, batendo assim outro recorde na história da CEGÁS;

ii) Distribuição de 550 mil m3/dia de gás aos mercados industrial, comercial, residencial, automotivo, a maior média histórica de comercialização da CEGÁS;

iii) Participação de 13% do gás natural renovável (GNR) no mercado não térmico da CEGÁS, um dos maiores percentuais do mundo de participação de biometano injetado na rede;

iv) Construção de 47,6 km gasodutos, o maior incremento de rede na história da CEGÁS;

v) Investimentos da ordem de R$ 24,0 milhões, sendo R$ 21,8 milhões investidos na expansão da rede de distribuição de gás natural e R$ 2,2 milhões na aquisição de equipamentos;

vi) Recebimento do Prêmio NUTEC de Inovação pela CEGÁS pelo projeto Gás Natural Renovável;

vii) Início das atividades de pesquisa de três projetos de inovação na área de materiais e soluções na área de gás natural apoiados pela CEGÁS em parceria com a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP);

viii) Preparação em tabela oficial, conjuntamente com a Secretaria de Infraestrutura do Estado do Ceará (SEINFRA), das composições de serviços de construção e montagem de gasodutos, sendo a CEGÁS a primeira distribuidora de gás natural do Brasil no feito;

ix) Entrega do Selo Verde CEGÁS para usuários;

x) Realização de nova edição do Programa de Responsabilidade Social, sendo apoiados mais 13 projetos; e,

xi) Entrega de kit de gás ao Governo do Estado para utilização em seus veículos.

Para 2020, a estratégia é investir na expansão do mercado de gás e em ações comerciais com ênfase na interiorização, no atendimento a novas áreas na Região Metropolitana de Fortaleza, na saturação daquelas já atendidas, na diversificação dos usuários e na manutenção da competitividade em relação a outros energéticos, assim como na implantação de melhorias na gestão e consolidação do compromisso com a sustentabilidade nos segmentos industrial, automotivo, comercial e residencial, objetivando nortear o crescimento da Companhia em consonância com sua Missão e sua Visão.

Destaques

Resumo Econômico Financeiro (R$/mil)

	2015	2016	2017	2018	2019
Receita Bruta de Gás (*)	597.164	498.423	568.246	499.506	695.421
Gás comprado para revenda	397.916	301.638	344.018	262.349	405.083
Custeio	27.719	30.770	38.938	44.246	48.717
Lucro líquido	45.269	61.541	61.637	56.674	60.853
EBTIDA	51.174	72.107	75.434	73.124	83.794
Remuneração dos acionistas	34.260	46.545	46.682	42.901	46.374
Ativo Total	312.802	349.686	395.963	393.907	492.128
Passivo	170.738	183.535	215.650	204.090	285.547
Patrimônio Líquido	142.064	166.151	180.314	189.817	206.581

(*) Não incluem os montantes referentes à Receita de Construção.

Conselho de Administração

Antonio Carlos Dias Coelho	Efetivo/Presidente
Ricardo Antônio Cavalcanti Araújo	Efetivo/Vice-presidente
Hugo Santana de Figueirêdo Junior	Efetivo
Silvio Gentil Campos Junior	Efetivo
Stênio da Silva Moreira	Efetivo
Domingos José de Oliveira	Efetivo
Maria Lúcia Pereira	Efetivo

Diretoria Executiva

Hugo Santana de Figueirêdo Junior	Presidente
Fabrício Bomtempo de Oliveira	Técnico e Comercial
Flávio Borges Barros	Técnico e Comercial
Fábio Augusto Norcio	Administrativo e Financeiro

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS, em atendimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos senhores Acionistas, Usuários, Fornecedores e à Sociedade em geral, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, juntamente com o relatório dos Auditores Independentes e o parecer do Conselho Fiscal da Companhia.

A criação da CEGÁS e nossas atividades

Alguns serviços e atividades são considerados essenciais pois estão ligados diretamente às necessidades básicas da coletividade, sendo necessários ao desenvolvimento da sociedade. Esses serviços podem ser fornecidos efetivamente pelo Estado ou por meio de seus delegados, quando se tratar de serviços de utilidade pública.

Nesse contexto, a Constituição Federal, em seu artigo 25, parágrafo 2°, concebeu os serviços locais de gás canalizado como serviço essencial, atribuindo aos Estados a competência para explorá-los diretamente, ou mediante concessão.

Assim, o Estado do Ceará, para assegurar o cumprimento da atribuição que lhe fora destinada com exclusividade pela Constituição Federal, criou, através da Lei Estadual nº 12.010/92, a Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS, uma empresa de economia mista, constituída em 18 de outubro de 1993 sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, e delegou a esta Companhia os direitos de exploração dos serviços de distribuição de gás, através do Contrato de Concessão assinado em 30 de dezembro de 1993.

Alinhada diretamente aos interesses da sociedade cearense, a CEGÁS é um importante instrumento para a promoção do desenvolvimento econômico e social da região, desempenhando papel relevante na matriz energética do Estado do Ceará.

Neste panorama, a CEGÁS, para atingir os seus objetivos estratégicos, pauta suas ações no interesse social, na transparência, na busca incessante da qualidade dos serviços prestados e na satisfação dos seus usuários, atentando para os princípios e as regras de total segurança no desempenho de suas atividades.

Missão: Distribuir gás natural, contribuindo com soluções energéticas eficientes e seguras para o desenvolvimento sustentável do Ceará.

Visão 2024: Estar presente e ser reconhecida pela inovação e excelência dos serviços prestados no Estado do Ceará.

Valores:

√ Somos comprometidos com os resultados;
√ Temos foco no cliente;
√ Buscamos a melhoria contínua;
√ Atuamos com ética e transparência;
√ Praticamos consciência ecológica e social;
√ Preservamos a vida; e
√ Nós nos colocamos no lugar dos outros.

Participação Societária

A CEGÁS tem como acionista controlador o Governo do Estado do Ceará com 51% de participação no Capital Votante da Companhia. Os outros acionistas são a Petrobras Gás S.A. – GASPETRO, subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, e a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda., empresa com capital privado controlada pela Mitsui & Co. Ltd, com sede no Japão.

O capital está dividido em ações ordinárias e preferências, e a participação de cada sócio está demonstrada na tabela a seguir:

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES PREFERENCIAIS		TOTAL DE AÇÕES	
ACIONISTA	Nº AÇÕES	%	Nº AÇÕES	%	Nº AÇÕES	%
Estado do Ceará	6.698.000	51,0	-	-	6.698.000	17,0
Petrobras Gás S/A - GASPETRO	3.217.667	24,5	13.133.333	50,0	16.351.000	41,5
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	3.217.667	24,5	13.133.333	50,0	16.351.000	41,5
TOTAL	13.133.334	100,0	26.266.666	100,0	39.400.000	100,0

Governança Corporativa e Gestão de Riscos

A Governança Corporativa tem como propósito assegurar a integridade, a regularidade, a transparência e a confiabilidade de uma empresa, bem como as melhorias no seu desempenho econômico. Nesta perspectiva, a Administração da Companhia busca estabelecer relacionamentos com princípios éticos, trabalhando para atingir a excelência empresarial, melhorando continuamente as práticas e atitudes, visando potencializar ações que garantam a perenidade do negócio.

Em 2019, a empresa passou por uma revisão geral da estrutura organizacional e aperfeiçoamento das ferramentas e metodologias de trabalho, buscando a adoção de um modelo de governança pautado na transparência, equidade, prestação de contas para a sociedade e responsabilidade corporativa. Sob essa ótica e em atendimento a Lei nº 13.303/2016 (Estatuto Jurídico da Empresa Pública, da Sociedade de Economia Mista), a Companhia reformulou e implementou uma serie de instrumentos de governança como o Código de Conduta e Integridade, Política de Indicação, Política de Partes Relacionadas, Política de Porta-Vozes, Política de Sigilo de Documentos e Divulgação de Informações.

No que se refere à reformulação do Código de Conduta e Integridade, foram agregadas orientações quanto a conflito de interesses, detalhadas ações de combate à corrupção, e adotando mecanismos de proteção e/ou anonimato que impeçam qualquer espécie de retaliação à pessoa que utilizar o canal de denúncias. A CEGÁS também treinou seu corpo gestor para impedir a prática de assédio e violência psicológica e incentivar o respeito à diversidade e à igualdade.

No quesito transparência, a Companhia disponibiliza no Portal da Transparência do Governo do Estado do Ceará, em cumprimento à Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação Pública), uma série de informações de interesse dos usuários e da sociedade, além de possuir uma estrutura interna de call center para atender às demandas oriundas dos seus usuários e um canal de ouvidoria destinado a denúncias da Companhia.

Em 2019, a Ouvidoria da CEGÁS desempenhou sua função de canal de comunicação com o cidadão e recebeu um total de 20 manifestações, sendo 14 reclamações, cinco solicitações de serviço e uma denúncia, com um índice de resolubilidade de 95%. A satisfação do cidadão atingiu um percentual de 85%. No que se refere à Lei de Acesso à Informação, o site da CEGÁS recebeu nota máxima no ranking de transparência da Controladoria Geral do Estado do Ceará (CGE) pela sua excelência e facilidade de acesso.

A Administração atuou também para garantir à CEGÁS uma estrutura de gestão de riscos e controle interno que tenha como objetivo prevenir a não ocorrência de ações prejudiciais à Companhia, observando as normas legais e assegurando que as ações sejam aderentes às diretrizes, às normas e aos procedimentos da empresa.

Para isso, a CEGÁS implantou a estratégia de Linhas de Defesa, como mecanismo que visa estruturar os papeis e as responsabilidades de cada unidade no que se refere à gestão de riscos e controles.

1º Linha de Defesa: Composta pelas áreas gestoras (negócio e suporte) – Responsável por executar controles de gestão e de supervisão adequados em prática, para garantir a conformidade e enfatizar colapsos de controle, processos inadequados e eventos inesperados.

2º Linha de Defesa: Composta pela área de Gestão de Riscos e Conformidades – Responsável por identificar eventos que poderiam comprometer as estratégias da Companhia na consecução dos seus objetivos de negócio; atuar no gerenciamento destes eventos, de modo a contribuir para o alinhamento às diretrizes de apetite ao risco, além de avaliar o comprimento da legislação e da regulamentação em vigor, das políticas e dos processos internos.

3º Linha de Defesa: Comitê de Auditoria Estatutária e Auditoria Interna – Responsável por realizar avaliações sobre a eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos, incluindo a forma como a primeira e a segunda linhas de defesa alcançam os objetivos de gerenciamento de riscos e controle.

Dentre as metodologias e ferramentas implantadas pela Companhia, destacamos a revisão da cadeia de valor e o levantamento dos fatores de riscos que podem interferir na atuação da empresa na realização de suas Políticas Públicas, que são os seguintes:

Riscos Legais: Riscos de inconformidade com as legislações aplicáveis, exigências dos órgãos reguladores e Código de Conduta e Integridade da Companhia.

Riscos Operacionais: Riscos de falhas ou inadequações de processos internos de distribuição de gás que impactam em possíveis perdas, além de aspectos estruturais e relacionados a eventos externos.

Riscos Financeiros: Riscos relacionados à exposição das operações financeiras e das medidas a serem adotadas para ampliação da geração de caixa.

Riscos Estratégicos: Riscos que podem impactar no valor econômico da marca e na imagem da empresa; estão relacionados diretamente ao cumprimento dos objetivos estratégicos, podendo afetar o cumprimento do plano de negócios e a sustentabilidade da empresa no longo prazo.

Desempenho e Realização das Metas de 2019

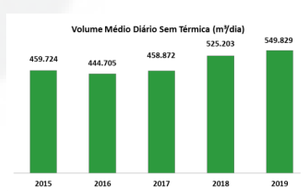
Mercado

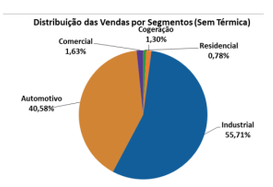
O volume de comercialização planejado para o ano de 2019 foi de 550.766 m³/dia, considerando os segmentos térmico e não térmico, além da prestação de serviços de movimentação de gás natural a Autoprodutor, o que totalizava um volume anual projetado de comercialização de gás natural de 201.029.544 m³. Cabe ressaltar que, no referido ano, não foi previsto nenhum valor para o segmento térmico, uma vez que o orçamento foi realizado em outubro de 2018 e nesta data o fornecimento de gás à CGTF estava paralisado e sem perspectiva de retorno.

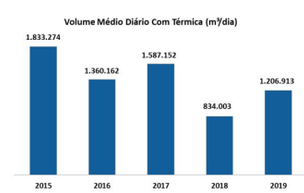
O volume diário realizado em 2019, incluindo os segmentos térmico e não térmico, foi de 1.206.913 m³/dia, 119,1% superior ao volume diário orçado (550.766 m³/dia), pois foi distribuído volume para o segmento térmico. Caso sejam considerados apenas os segmentos não térmicos, foi realizado 549.829 m³/dia, ou seja, 99,8% do volume total orçado (550.766 m³/dia).

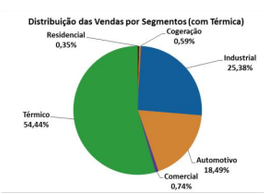
Em 2019, a Companhia planejou incrementar 5.762 usuários, e conseguiu incrementar 5.681, o que representa 98,6% de realização, com destaque para o segmento residencial, que incorporou 5.596 novas unidades usuárias. Assim, encerrou o ano de 2019 com uma carteira de 20.329 usuários atendidos, um aumento de 38,8% em relação ao ano anterior (14.648 usuários atendidos), o maior da história da CEGÁS. Vale ressaltar que os projetos de ampliação da rede de distribuição geram expectativas de aumentar ainda mais a participação do gás natural no mercado.

Os gráficos abaixo apresentam a evolução das vendas da Companhia nos últimos cinco anos e a participação, em 2019, dos segmentos de uso no mercado atendido pela CEGÁS, considerando, em ambos os casos, o cenário com e sem o uso pelo segmento térmico:









Os segmentos de uso apresentaram a seguinte participação no mercado atendido pela Companhia em 2019:

i) o segmento industrial apresentou um volume médio de gás natural comercializado em 2019 de 306.327 m³/dia, o que corresponde a um aumento de 2,7% em relação a 2018 (298.386 m³/dia);

ii) o segmento comercial apresentou um volume médio de gás natural comercializado em 2019 da ordem de 8.960 m³/dia, o que corresponde a um aumento de aproximadamente 6,5% em relação a 2018 (8.413 m³/dia), resultado este, fruto da estratégia de expansão traçada pela Companhia neste segmento;

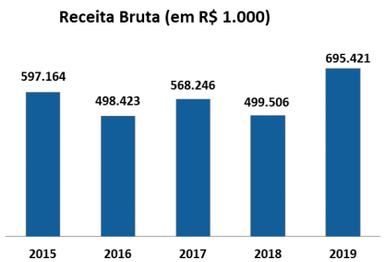
iii) o segmento veicular, considerando inclusive a comercialização de gás natural veicular comprimido, apresentou um volume médio comercializado em 2019 da ordem de 223.141 m³/dia, o que corresponde a um aumento de 8,3% em relação a 2018 (206.060 m³/dia), demonstrando recuperação deste importante segmento de mercado, fruto da competitividade do gás natural frente à gasolina e ao etanol;

iv) o segmento autoprodução (cogeração) apresentou um volume médio comercializado

de 7.139 m³/dia, o que corresponde a uma queda de 19,6% em relação ao ano de 2018 (8.884 m³/dia);
v) o segmento residencial apresentou um volume médio diário de gás natural comercializado em 2019 da ordem de 4.263 m³/dia, o que corresponde a um crescimento de aproximadamente 23,2% em relação a 2018 (3.459 m³/dia), aumentando assim o ritmo de crescimento verificado em anos anteriores, fruto da estratégia de expansão traçada pela Companhia neste segmento; e,
vi) já o segmento térmico apresentou um volume médio diário de gás comercializado em 2019 da ordem de 657.084 m³/dia, o que corresponde a um crescimento de aproximadamente 112,8% em relação a 2018 (308.800 m³/dia), justificado pela retomada do fornecimento de gás à térmica após a sua suspensão pela Petrobras.

Receita

Em 2019, a CEGÁS distribuiu um total de 440,5 milhões de m³ de gás natural, incluindo o uso do segmento térmico, o que correspondeu a uma Receita Bruta de Distribuição da ordem de R$ 695,4 milhões, cerca de 39,2% superior àquela realizada em 2018 (R$ 499,5 milhões). Se considerarmos a Receita Bruta de Distribuição ex-térmica, a mesma foi cerca de 18,6% maior que no ano anterior, passando de R$ 425,9 milhões em 2018 para 505,3 milhões em 2019.
O gráfico a seguir apresenta a evolução da Receita Bruta de Distribuição da Companhia no período de 2015 a 2019.



A receita líquida gerada nessas atividades em 2019 alcançou o montante de R$ 516,3 milhões, detalhadas por cada segmento na tabela a seguir:

Receita líquida por segmento (R$ 1.000)

Segmentos	2015	2016	2017	2018	2019
Industrial	112.510	108.963	116.608	156.446	185.127
Cogeração	8.259	8.330	6.623	4.481	4.046
Automotivo	62.303	80.469	98.145	134.058	154.130
Comercial	3.470	4.176	4.829	6.136	8.020
Residencial	976	1.282	1.783	2.835	4.587
Térmico	280.670	186.535	212.847	62.252	160.259
Serviço	697	42	235	171	169
Total	**468.885**	**389.798**	**441.070**	**366.379**	**516.338**

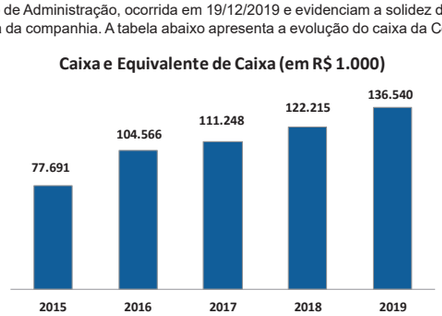
É possível observar que todos os segmentos de uso atendidos pela Companhia, exceto o de Cogeração, apresentaram crescimento da Receita Líquida de 2018 para 2019.

EBITDA e Lucro Líquido

O EBITDA, indicador que desconsidera os impostos sobre o lucro, depreciação e amortização, além do resultado financeiro obtido pela Companhia, foi estimado em R$ 64,1 milhões para 2019, mas atingiu o montante de R$ 83,8 milhões, o que representa um crescimento da ordem de 30,7% quando comparado ao valor orçado e de 14,6% em relação ao ano anterior (R$ 73,1 milhões). O EBITDA é um indicador que permite conhecer o quanto a Companhia está gerando de resultado com base exclusivamente nas atividades operacionais, assim, o EBITDA representou, em 2019, 16,2% da Receita Líquida da Companhia.
O Lucro Líquido foi orçado em R$ 49,1 milhões para 2019, mas também atingiu a cifra de R$ 60,9 milhões, o que representa crescimento de 24,0% quando comparado ao orçamento e 7,4% maior do que aquele verificado no ano anterior (R$ 56,6 milhões). Vale ressaltar que a principal justificativa para a realização superior ao orçado foi o fornecimento de gás natural à Termofortaleza.

Fluxo de Caixa

Mesmo após a realização de investimentos da ordem de R$ 24,0 milhões e de pagamento de dividendos aos acionistas no montante de R$ 32,9 milhões, a Companhia encerrou o ano de 2019 com um saldo de Caixa e Equivalente de Caixa de R$ 136,5 milhões, acrescido de R$ 7,9 milhões de aplicações financeiras, sendo que estas aplicações encontram-se indisponíveis por garantia de empréstimo financeiro. Esses valores estão vinculados ao plano plurianual da Companhia aprovado na 198ª reunião do Conselho de Administração, ocorrida em 19/12/2019 e evidenciam a solidez da situação financeira da companhia. A tabela abaixo apresenta a evolução do caixa da Companhia.



Investimentos

Para a definição dos investimentos a serem realizados, o Contrato de Concessão firmado entre o Estado do Ceará e a CEGÁS estabelece indicadores de rentabilidade mínimos a serem verificados através de estudos de viabilidade econômica que consideram as estratégias de crescimento da Companhia, o mercado potencial das regiões abrangidas pelo sistema de distribuição, e os níveis de rentabilidade para cada projeto e para a concessão como um todo.
Nesse contexto, a Companhia previu investir no ano de 2019 o montante de R$ 25,1 milhões na expansão de 40,8 km da sua rede de distribuição. Para esta meta, a realização financeira foi de 95,9%, o que significa que foram investidos R$ 24,0 milhões, dos quais R$ 21,8 milhões foram destinados à expansão da sua malha de gasodutos, a qual passou de 472 km para 520 km de extensão ao final de 2019, com execução física maior do que a prevista. Os investimentos realizados proporcionaram aumento de produtividade, confiabilidade e incremento de qualidade no produto.
Dentre os principais investimentos, destacam-se:
i) a construção de 47,6 km relativos à expansão da rede existente na região metropolitana de Fortaleza, voltados para o atendimento dos segmentos residencial e comercial nos bairros, sendo 39,3 km em linhas do material Polietileno de Alta Densidade (PEAD) e 8,3 km em linhas de aço carbono. Vale mencionar que essa expansão de rede permitiu à Companhia agregar 5.682 novos usuários a sua carteira;
ii) aquisição de 171 Conjuntos de Regulagem e Medição – CRMs e dutos de aço para atendimento a novos usuários de todos os segmentos de uso ; e
iii) elaboração de projetos para expansão de 66 km da malha de distribuição para atendimento aos segmentos industrial, residencial, e comercial.

Com relação aos seus processos de gestão, destacam-se:
i) Elaboração de tabela contendo composição de preços de serviços, mão de obra, equipamentos e insumos de construção e montagem de gasodutos para facilitar realização de futuras licitações de construção de gasodutos. A tabela oficial SEINFRA Nº 27 está prevista para publicação em 2020;
ii) Checagem física e atualização cadastral de aproximadamente 230 km da rede de gasodutos;
iii) Elaboração do novo modelo de Plano de Negócios (2020-2024);
iv) Renovação de licença do Sistema Oracle, sistema de banco de dados utilizado pela Companhia;
v) Elaboração da Política de Segurança da Informação;
vi) Integração dos Sistemas SCADA (responsável pela supervisão, controle e aquisição de dados via telemetria dos instrumentos de campo instalados nas estações de distribuição de gás), AVE2 (responsável pelo gerenciamento da comunicação dos instrumentos de campo) e Unigás (responsável pela consolidação dos dados de volume das estações instaladas nos usuários para faturamento); e
vii) Renovação do parque de switches e access points (AP's) com a aquisição de 10 switches e 25 AP's.
Salienta-se que todos os investimentos realizados em 2019 foram realizados com recursos próprios da Companhia, e que o passivo evidenciado nas Demonstrações Financeiras para financiar as obras de infraestrutura foi constituído entre 2014 e 2016, através de um financiamento com o Banco do Nordeste no valor de R$ 44.081.123,29, com prazo de pagamento até 20 de agosto de 2024.

Custeio

Todas as atividades desenvolvidas pela Companhia são custeadas integralmente pela geração de caixa operacional da empresa, não existindo nenhuma forma de repasse de verba pública.
Para o custeio das atividades de operação e manutenção da rede de distribuição de gás natural, foi gasta a quantia de R$ 10,1 milhões, enquanto que para o funcionamento da máquina administrativa da Companhia foi empregado o montante de R$ 21,8 milhões, a título de despesas gerais, ações comerciais e de marketing, pagamento de pessoal, seguros, serviços prestados e outras rubricas.
Dentre as principais ações implementadas pela Companhia, destacam-se:
i) Instalação de 300 sinalizadores de Rede de Distribuição;
ii) Realização de 90% do plano de calibração para medidores industriais, postos e comerciais;
iii) Instalação do primeiro piloto de medidor inteligente residencial do Brasil (Smart Meter);
iv) Realização de 80% do Plano de Redução de Perdas;
v) Instalação de computadores de vazão em todas as Estações de Transferência de Custódia;
vi) Elaboração de projeto de implementação de metodologia de Planejamento e Controle de Manutenção (PCM); e,
vii) Aquisição de bancada padrão rastreada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) para calibração de manômetros e termômetros, além de capacitação da equipe técnica na norma ISO 17.025.

Ações de Responsabilidade Social, Marketing e Comunicação

A CEGÁS tem como prioridade ampliar o seu conhecimento junto à sociedade cearense e desenvolveu ao longo do ano uma série de ações neste sentido, afirmando uma imagem em consonância com sua missão e focada na atração de novos negócios e usuários.
O acesso ao site da Companhia, que foi modernizado em 2018, foi ampliado consideravelmente em 2019, com o registro de 82.032 visitantes e a ultrapassagem da marca de 1 milhão de visitas. Nas redes sociais, a plataforma Instagram foi responsável por interações relevantes com a sociedade, principalmente no que se refere à Responsabilidade Social e a patrocínios de divulgação da marca da companhia em eventos comerciais de grande porte e importância empresarial no Ceará.
A Companhia continuou a com a entrega do Selo Verde, uma ação que visa distinguir os usuários da CEGÁS como usuários de um tipo de energia mais limpa, inovadora e eficiente. O selo permite associar à imagem dos seus detentores valores de proteção do meio ambiente e de incentivo de práticas de vida saudável. Assim, em 2019 foram contemplados cerca de 40 usuários comerciais e 17 empresas e usuários dos segmentos residencial e comercial. Houve ainda entrega de cinco selos para o segmento automotivo.
O Espaço CEGÁS de Cultura consolidou-se como estrutura de relacionamento com a sociedade e abrigou três exposições e nove eventos, dentre institucionais, comerciais e homenagens. O destaque foi o dia da Criança na CEGÁS, que mobilizou cerca de 400 crianças filhas de colaboradores, estudantes de escolas públicas e da comunidade do entorno da empresa com atividades educativas e recreativas.
A CEGÁS, por meio do seu Programa de Responsabilidade Social, selecionou por meio de edital e apoiou 13 projetos com base nas Leis de Incentivo, com destaque para a Lei de Incentivo à Cultura, com 8 projetos.
A CEGÁS desenvolveu ações de comunicação com visitas a postos de combustíveis dentro da sua campanha de conscientização sobre o uso do GNV (Gás Natural Veicular), registrando um total de 30 postos visitados em diferentes regiões de Fortaleza e Região Metropolitana.

Inovação, Pesquisa e Desenvolvimento

Em parceria com FUNCAP, a CEGÁS lançou edital destinado a estimular projetos de inovação na área de materiais e soluções para energia e gás natural.
Entre objetivos do edital estão ajudar a construir competências científicas e tecnológicas, incentivar alianças estratégicas para o desenvolvimento, promover a disseminação do conhecimento e gerar resultados que tenham potencial para aplicações com um valor de mercado.
A iniciativa destinou R$ 600 mil (50% de cada parte), através da modalidade subvenção econômica (recursos não reembolsáveis), para o desenvolvimento de produtos (bens ou serviços) ou processos inovadores por empresas ou pesquisadores vinculados a instituições de ensino superior ou de pesquisa públicas ou privadas.
Atualmente, contamos com 3 pesquisas em andamento:
i) Desenvolvimento de um sistema sensorial ótico para monitoramento contínuo da integridade de dutos de transporte de inflamáveis, realizado pelo Laboratório de Reabilitação e Durabilidade das Construções (LAREB) da Universidade Federal do Ceará (UFC), Campus Russas;
ii) Sistema de Caixa Enterrada para Rede de Distribuição de Gás Utilizando Concretos, realizado pelo Departamento de Integração Acadêmica e Tecnológica do Centro de Tecnologia – Campus do Pici da Universidade Federal do Ceará (UFC); e
iii) Análise de Desempenho Energético de Misturas GN/GNR em Câmara de Combustão Industrial Automatizada, realizada pelos Laboratórios Associados de Inovação e Sustentabilidade da Universidade estadual do Ceará (UECE).

Gestão de Pessoas e Segurança e Saúde do Trabalho

A Gestão da Companhia dedica especial atenção ao Capital Humano, seja em relação ao desenvolvimento dos seus empregados com ações de capacitação, seja na oferta de melhores condições de qualidade de vida ou, ainda, na oferta de um pacote de remuneração (salários + benefícios) compatível com o mercado.
Parte fundamental para o desenvolvimento da Companhia, o quadro de profissionais da CEGÁS é formado por 117 colaboradores, sendo 24 gestores, 76 analistas e técnicos contratados através de concurso ou processo seletivo de mercado e 17 estagiários.
Como estratégia de reconhecimento da performance dos funcionários, a CEGÁS revisou o Plano de Empregos, Carreiras e Salários e o Procedimento de Avaliação de Desempenho, regulamentando os processos de remuneração e crescimento dos empregados, e estabelecendo tratamento justo, ético e democrático ao seu corpo funcional.
Além disso, possui uma política de Participação nos Lucros e Resultados, vinculada ao êxito apurado na realização das metas corporativas e individuais.
A companhia investe também no desenvolvimento contínuo de seu pessoal, realizando capacitações internas, externas e *in company*, primando pela qualidade do ensino. Em 2019, foi realizado uma média de 6.000 horas de capacitação e o valor do investimento foi de R$ 230 mil.
A CEGÁS entende que a melhora nos índices de qualidade de vida de seus colaborados impacta positivamente o rendimento no trabalho e, como consequência, os resultados da Companhia. Desta forma, estimula a prática esportiva como meio de saúde e bem-estar no convívio social, disponibilizando a todos os colaboradores programas esportivos como a ginástica funcional e laboral e a prática de yoga e meditação.
A empresa ampliou as ações de segurança e saúde do trabalho, em busca da melhoria dos processos e das condições para seus empregados, implantando Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, que aborda campanhas de vacinação, acompanhamento de saúde e palestras de conscientização.
Sustentabilidade
Alinhada às estratégias de desenvolvimento sustentável e preservação do meio ambiente, a Companhia dá continuidade ao seu projeto de distribuição de gás natural renovável (GNR ou biometano).
O uso do biogás proveniente do aterro sanitário da Região Metropolitana de Fortaleza é um exemplo bem-sucedido de aliança público-privada e tem se apresentado como uma alternativa confiável.
O sistema de distribuição de Gás Natural Renovável – GNR, encontra-se integrado com a rede de distribuição de gás natural existente e sua participação no mercado não térmico da CEGÁS, em 2019, foi de aproximadamente 13%, um dos maiores percentuais do mundo de participação de gás biometano injetado na rede de distribuição, como já pontuado.
Em agosto deste ano, foi celebrado o terceiro aditamento ao contrato com a supridora GNR Fortaleza, que prevê o aumento do volume de gás natural renovável contratado dos atuais 75 mil m³/dia para 90 mil m³/dia a partir de julho de 2020.
A Companhia, focada no processo de melhoria contínua, está implantando programas voltados a reorganização dos seus processos internos e atendimento as normas implementadas pela Organização Internacional de Normatização, NBR ISO 9001, que trata da qualidade dos produtos, ISO 14001, com foco na gestão ambiental e OHSAS 18001, voltada para segurança e saúde no trabalho.
A CEGÁS também estabeleceu novos padrões para gestão dos resíduos e efluentes e implantou o Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais que prioriza a não geração, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento e, principalmente, a disposição final dos materiais gerados nas unidades administrativas e operacionais da companhia.

Distribuição da Riqueza Gerada

A riqueza gerada pela Companhia tem o potencial para mudar e melhorar o ambiente social. Agrega valor ao Estado através do recolhimento de tributos; aos trabalhadores com o pagamento de salários; aos investidores, acionistas e sócios com a distribuição dos lucros; aos financiadores com o pagamento dos juros; ao ambiente com a manutenção dos elementos essenciais à vida e a si mesma, garantindo a sua continuidade.
Em 2019, a riqueza gerada pela empresa alcançou o patamar de R$ 185,6 milhões, sendo distribuída da seguinte forma: R$ 14,1 milhões com o pagamento de salários e benefícios; R$ 27,3 milhões com recolhimento de tributos; R$ 83,3 milhões com remuneração do capital de terceiros; e, R$ 60,9 milhões com remuneração do capital próprio.
A remuneração de capital de terceiros é formada pelos valores distribuídos em forma de juros, aluguéis, penalidades decorrentes de operações de venda de gás, entre outras despesas operacionais. Em relação ao capital de terceiros, foi distribuído o montante de R$ 83,3 milhões em 2019, enquanto, em 2018, o valor foi de R$ 16,4 milhões, o que representa um aumento de 508,4%. Observou-se que tal aumento decorreu principalmente das penalidades contratuais junto à Petrobrás, relacionadas ao contrato com a Central Geradora Termelétrica de Fortaleza (CGTF). Vale ressaltar que, em 2018, o fornecimento de gás natural à CGTF foi paralisado e não incorreram tais penalidades. É importante salientar que tais penalidades contratuais também têm reflexo em outras receitas, o que não implica em ônus efetivo para Companhia.
Outras contribuições também foram percebidas pela comunidade, como a ampliação da malha de distribuição, que possibilitou o acesso de mais pessoas a utilização do gás natural.
A distribuição da riqueza gerada pela CEGÁS entre os diversos segmentos da sociedade pode ser observada no quadro a seguir.

Valores em milhões				
Descrição	**2019**	**%**	**2018**	**%**
Colaboradores	14,1	7,6	11,5	10,5
Governo	27,3	14,7	25,4	23,1
Capital de Terceiros	83,3	44,9	16,4	14,9
Acionista	60,9	32,8	56,6	51,5
Total	**185,6**	**100,0**	**109,9**	**100,0**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Perspectivas e Estratégias para o Futuro

O Plano de 2020 a 2024 está alinhado com o desafio traçado pela Companhia, qual seja, a expansão do mercado de gás e ações comerciais com ênfase na interiorização, atendimento à novas áreas na região metropolitana de Fortaleza, saturação daquelas já atendidas, diversificação dos usuários e manutenção da competitividade, assim como a implantação de melhorias na gestão e consolidação do compromisso com a sustentabilidade nos segmentos industrial, automotivo, comercial e residencial, visando nortear o crescimento da Companhia em consonância com a sua Missão e com a sua Visão.

Com foco nesta Visão de Futuro para o ano de 2024, que é "Estar presente e ser reconhecida pela inovação e excelência dos serviços prestados no Estado do Ceará", a CEGÁS continua em um ciclo com excelentes perspectivas para o seu desenvolvimento de forma sustentável, como se depreende das ações abaixo, algumas das quais, já são uma realidade:

i) desenvolver novos sistemas de distribuição para atender ao mercado existente, além da interiorização do fornecimento de gás para mercados polo;

ii) acelerar estratégia de ampliação do atendimento aos segmentos comercial e residencial, destacando-se o planejamento da expansão da rede da CEGÁS, visando o atendimento aos bairros de Fortaleza, como Centro, Aldeota, Dionísio Torres, Cambeba, Messejana, Praia de Iracema, Bairro de Fátima e Praia do Futuro;

iii) manter estratégia de ampliação do atendimento ao segmento industrial com foco nos polos industriais dos municípios de Pacajus e Eusébio;

iv) manter as tarifas de gás natural em patamares de atratividade frente aos energéticos substitutos;

v) buscar sinergia com os principais projetos liderados pelo Governo do Estado;

vi) utilizar o Gás Natural Comprimido (GNC) ou o Gás Natural Liquefeito (GNL) para a interiorização do fornecimento de gás, onde o desenvolvimento da infraestrutura básica de distribuição de gás canalizado ainda não é viável, e analisar outras tecnologias que viabilizem a competitividade no transporte em longas distâncias; e,

vii) estudar, junto com seus acionistas, alternativas para garantir o suprimento do gás natural no Estado, desenvolvendo expertise em contratação e gestão de suprimento deste insumo, de modo a permitir que a CEGÁS esteja preparada para os possíveis novos cenários que se aproximam, inclusive com a perspectiva de entrada de novos agentes no mercado.

Metas para 2020

Para 2020, as principais metas e expectativas da Companhia são as seguintes:

Metas de Investimentos

i) Investimentos no montante de R$ 29,9 milhões na expansão e saturação da rede de distribuição de gás, principalmente, nos municípios Fortaleza, Eusébio, Juazeiro do Norte, São Gonçalo/Pecém; e,

ii) Investimento administrativo no valor de R$ 5,1 milhões na aquisição de material e equipamentos de tecnologia da informação (TI), matérias de manutenção e oficina, além de móveis e terreno para atender as áreas administrativas e operacionais da Companhia.

Metas Comerciais

i) Aumento do uso de gás natural pelo segmento industrial, com volume previsto de comercialização de 339.925 m³/dia de gás natural;

ii) Aumento do uso de GNV, em função da sua competitividade frente à gasolina e ao etanol, com volume previsto de comercialização para 2020 de 227.901 m³/dia de gás natural; e,

iii) Comissionamento de 6.640 unidades habitacionais, 160 estabelecimentos comerciais, 6 indústrias e 3 postos de combustíveis.

Metas Operacionais

i) Construção de 50,6 km de rede de distribuição de gás, com destaque para o bairro Dionísio Torres, Revitalização da Avenida Beira Mar, Polo Industrial do Eusébio, Suporte Fresenius e Cariri;

ii) Modernização das Estações de Transferência de Custódia de Fortaleza, Pecém e Caucaia;

iii) Garantia de confiabilidade dos sistemas de medição de gás natural; e,

iv) Elaboração de 44,7 km de novos projetos de gasodutos.

Metas Regulatórias

i) Desenvolvimento de expertise regulatória da equipe, entendendo a importância deste assunto para o desenvolvimento dos negócios da Companhia no futuro.

Estratégias e Metas de Governança

i) Certificação da empresa de acordo com a ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001;

ii) Garantia de suprimento, buscando diversificar suas fontes de fornecimento de gás natural, através de novos fornecedores.

AGRADECIMENTOS

Na conclusão deste relatório, a diretoria da CEGÁS expressa sua gratidão aos nossos Acionistas, pela confiança depositada em suas ações; aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal; aos nossos supridores e usuários, motivo maior do nosso sucesso; aos nossos parceiros comerciais; aos fornecedores que prestaram os seus relevantes serviços a esta Companhia na realização dos seus investimentos e àqueles que nos levaram aos bons resultados acima relatados, os nossos dedicados colaboradores.

Por último, gostaríamos de agradecer aos Órgãos e Entidades da Administração Federal, Estadual e Municipais que, de alguma forma, contribuíram positivamente para o bom desempenho da Companhia durante o ano de 2019.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores expressos em milhares de Reais)

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVOS	Nota Explicativa	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	Nota 7	136.540	122.215
Aplicações Financeiras	Nota 8	-	4.684
Contas a receber de clientes	Nota 9	71.256	20.005
Contas a receber de parte relacionadas	Notas 9, 10 e 36	21	1.818
Estoques	Nota 11	854	668
Tributos a recuperar	Nota 12	2.112	138
Créditos nas operações de aquisição de gás	Nota 13	9	4.717
Despesas antecipadas	Nota 15	401	379
Antecipação férias/Cheques em Cobrança		175	95
Total dos ativos circulantes		211.368	154.719
NÃO CIRCULANTES			
Aplicações Financeiras	Nota 8	7.871	3.800
Contas a receber de clientes	Nota 9	23.015	9.396
Contas a receber de parte relacionadas	Notas 9, 10 e 36	1.110	14.626
Tributos diferidos	Nota 12	16.069	14.534
Depósitos Judiciais	Nota 14	48.549	44.013
Créditos nas operações de aquisição de gás	Nota 13	38.844	25.944
Depósito Reinvestimento	Nota 16	1.352	1.573
Investimentos		1	14
Imobilizado	Nota 17	11.146	-
Intangível	Nota 18	132.803	125.288
Total dos ativos não circulantes		280.760	239.188
TOTAL DOS ATIVOS		492.128	393.907

PASSIVOS	Nota Explicativa	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTES			
Fornecedores	Nota 19	80.233	31.453
Empréstimos e financiamentos	Notas 20 e 36	8.844	19.527
Obrigações trabalhistas e encargos sociais a pagar		2.744	2.415
Imposto de renda e contribuição social a pagar		73	520
Contas a pagar a parte relacionadas	Nota 36	96	43
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	Nota 25	6.395	5.681
Participações no Resultado a Pagar	Nota 26	1.555	1.079
Débitos nas operações de venda de gás	Nota 21	5.212	10.736
Provisão para contingências	Nota 24	7	6
Cauções/Valores em Controvérsia/Subvenções	Nota 23	1.319	1.418
Total dos passivos circulantes		106.478	72.878
NÃO CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos	Notas 20 e 36	51.018	34.029
Débitos nas operações de venda de gás	Notas 21 e 36	80.149	53.605
Provisão para contingências	Nota 24	47.685	43.311
Subvenções/Participação Financeira	Nota 23	217	267
Total dos passivos não circulantes		179.069	131.212
TOTAL DOS PASSIVOS		285.547	204.090
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	Nota 27	136.813	125.628
Reserva de Lucro	Nota 34	39.872	36.973
Dividendos Adicionais Propostos	Nota 25	29.896	27.216
Total do patrimônio líquido		206.581	189.817
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		492.128	393.907

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	31/12/2019	31/12/2018
RECEITA LÍQUIDA - VENDA DE GÁS E SERVIÇOS	Nota 28	516.339	366.381
RECEITA DE CONSTRUÇÃO	Nota 28	24.045	18.864
CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	Nota 29	(427.845)	(288.762)
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	Nota 29	(24.045)	(18.864)
LUCRO BRUTO		88.494	77.619
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(21.542)	(19.032)
Despesas Gerais e Administrativas	Nota 30	(29.086)	(25.600)
Outras Receitas/Despesas Operacionais Líquidas	Nota 31	7.544	6.568
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		66.952	58.587
RESULTADO FINANCEIRO	Nota 32	1.399	4.591
Receitas Financeiras		8.645	8.473
Despesas Financeiras		(7.246)	(3.882)
LUCRO ANTES DO IR E DA CSLL		68.351	63.178
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	Nota 33	(20.156)	(18.160)
Correntes		(21.691)	(19.603)
Diferidos		1.535	1.443
INCENTIVO FISCAL DE REDUÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA		12.658	11.656
Incentivos Fiscais		12.658	11.656
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		60.853	56.674
LUCRO POR AÇÃO	Nota 35	1,54	1,44

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Valores expressos em milhares de Reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS - LEGAL	RESERVAS DE LUCROS - INCENTIVOS FISCAIS	DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL GERAL
SALDOS EM 31/DEZ./17	113.782	22.757	12.289	31.486	-	180.314
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	(31.486)	-	(31.486)
Aumento de Capital						
Com reservas de lucros	11.846		(11.846)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	56.674	56.674
Destinação do Lucro Líquido do Exercício:						
Constituição de reserva legal	-	2.369	-	-	(2.369)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-		11.404	-	(11.404)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(5.681)	(5.681)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	27.216	(27.216)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(10.004)	(10.004)
SALDOS EM 31/DEZ./18	125.628	25.126	11.847	27.216	-	189.817
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	(27.216)	-	(27.216)
Aumento de Capital						
Com reservas de lucros	11.185	(11.185)			-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	60.853	60.853
Destinação do Lucro Líquido do Exercício:						
Constituição de reserva legal	-	2.237	-	-	(2.237)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	-	11.847	-	(11.847)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(6.395)	(6.395)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	29.896	(29.896)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(10.083)	(10.083)
Ajuste IFRS 16/CPC06 - Arrendamento	-	-	-	-	(395)	(395)
SALDOS EM 31/DEZ/19	136.813	27.363	12.509	29.896	-	206.581

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Nota Explicativa	31/12/2019	31/12/2018
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		60.853	56.674
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO		60.853	56.674

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto)
(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2019	31/12/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Antes do IRPJ e CSLL	68.351	63.178
Ajustes para reconciliar o Lucro Líquido do Exercício Líquido obtido nas Atividades Operacionais:		
(Ganho) Perda na alienação de imobilizado/intangível	221	
(Ganho) Perda na alienação de investimentos	2	-
Transferências para manutenção do Intangível	(90)	(14)
Depreciações e amortizações	17.866	15.504
Reversão efeito IFRS 16 / CPC 06 Arrendamento	(1.133)	-
Líquido Ajustado	85.217	78.668
(Aumento) redução nos ativos operacionais	(57.517)	22.826
(Aumento) redução de contas a receber de clientes e outras	(49.554)	21.005
Estoques	(186)	(214)
Impostos a recuperar	(318)	131
Créditos nas operações de venda e aq. Gás	(8.192)	(392)
Aplicações Financeiras	614	(507)
Despesas Antecipadas	(22)	(147)
(Aumento) redução de outros ativos	141	2.950
Redução/Aumento de Passivos	65.416	(16.503)
Fornecedores	48.834	(15.587)
Provisão trabalhista e encargos sociais a pagar	328	(539)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(9.480)	(7.963)
Participações no Resultado a Pagar	476	(23)
Adiantamentos de Clientes	21.019	3.122
Provisão para Contingências	4.374	4.316
Outros Passivos	(135)	171
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**93.116**	**84.991**
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de intangível	(24.044)	(18.864)
Recebimento de outros investimentos	10	-
Recebimento p/ baixa de intangível	70	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(23.964)**	**(18.864)**
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	(32.897)	(37.144)
Juros capital próprio pagos	(10.083)	(10.004)
Depósitos Judiciais	(4.536)	(4.986)
Financiamentos	(7.310)	(3.026)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**(54.826)**	**(55.160)**
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**14.325**	**10.967**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	122.215	111.248
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	136.540	122.215

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2019	31/12/2018
1- RECEITAS	**778.344**	**534.961**
1.1) Vendas de Produtos e Serviços	695.155	499.506
1.2) Outras Receitas	83.335	35.546
1.3) Provisão p/Créditos de Liquidação Duvidosa – Reversão/(Constituição)	(146)	(91)
2-INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)	**583.661**	**418.017**
2.1) Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	569.508	382.005
2.2) Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros		
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	9.480	26.489
2.3) Custo c/ Rede de Gasodutos	5.435	5.843
2.4) Perdas de Gás	(762)	3.680
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	**194.683**	**116.944**
4 – DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	**17.866**	**15.504**
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	17.866	15.504
5 –VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA (3-4)	**176.817**	**101.440**
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**8.645**	**8.473**
6.1) Receitas Financeiras	8.645	8.473
6.2) Outras Receitas	-	-
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	**185.462**	**109.913**
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**185.462**	**109.913**
8.1) Pessoal	14.107	11.523
8.1.1 - Remuneração Direta	11.062	9.125
8.1.2 - Benefícios	2.429	1.893
8.1.3 - F.G.T.S	616	505
8.2) Impostos, Taxas e Contribuições	27.252	25.339
8.2.1 - Federais	24.584	23.129
8.2.2 - Estaduais	1.929	1.565
8.2.3 - Municipais	739	645
8.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	83.250	16.376
8.3.1 - Juros	7.246	3.882
8.3.2 - Aluguéis	360	2.472
8.3.3 - Outras	75.644	10.022
8.4) Remuneração de Capitais Próprios	60.853	56.675
8.4.1 - Juros Sobre o Capital Próprio	10.083	10.005
8.4.2 - Dividendos	36.291	32.897
8.4.3 - Lucros Retidos	14.479	13.773

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

Notas explicativas às demonstrações financeiras levantadas em 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de Reais, ou de outra forma quando indicado)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 18 de outubro de 1993, a Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS, doravante denominada "Companhia", é uma sociedade por ações de economia mista, autorizada a funcionar de acordo com a Lei Estadual n.º 12.010 de 05 de outubro de 1992, tendo por objeto social promover a produção, a aquisição, o armazenamento, a distribuição e a comercialização de gás combustível e a prestação de serviços correlatos no Estado do Ceará.

A Companhia é concessionária exclusiva pelo prazo de 50 anos dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado do Ceará, conforme contrato de concessão celebrado em 30 de dezembro de 1993.

NOTA 2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, contemplando as modificações introduzidas pela Lei nº 11.941/09 e pela Lei n° 11.638/07 que alteraram a Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, regulamentadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

NOTA 3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Em todas as informações financeiras apresentadas em reais os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

NOTA 4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetem os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados de suas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas estimadas no recebimento de créditos e a provisão para contingências. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua realização em períodos subsequentes, podem divergir das estimativas.

NOTA 5. MUDANÇAS NAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguinte nova norma foi emitida pelo IASB, e entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16 (NBC TG 06 R3) – Arrendamento mercantil (vigência a partir de 1º de janeiro de 2019)

A norma IFRS 16/ NBC TG 06 (R3) tem como objetivo unificar o tratamento contábil das operações de arrendamento, não mais fazendo a distinção entre arrendamento operacional e financeiro e exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respetivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma:

i) Contrato com um prazo inferior ou igual a doze meses; e
ii) Possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis.

Muito embora o novo pronunciamento não traga nenhuma alteração significante no montante total que deverá ser levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que houve um efeito temporal no lucro líquido em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos. As contas patrimoniais sofreram alterações significativas, se tomarmos como base o fluxo de pagamentos associado também a determinação de variáveis, tais como:

i) Taxa de descontos;
ii) Levantamento dos contratos que estarão cobertos pela isenção; e
iii) Outros aspectos que necessitam de uma avaliação minuciosa para que possamos atribuir os valores exatos para fins de mensuração.

A Companhia optou pela abordagem de transição simplificada, a qual não requer a reapresentação de valores. Para isso, foi realizado estudo para verificar o impacto detalhado da aplicação desta norma nas demonstrações financeiras no período de adoção inicial e concluímos que as contraprestações de arrendamento, da Sede Administrativa, que em anos anteriores eram registradas como despesas de aluguel passaram a ser reconhecidas nas linhas de amortização do direito de uso e despesas financeiras.

O impacto para a adoção inicial em 01 de janeiro de 2019 é de R$ 395, o qual foi contabilizado em contrapartida ao patrimônio líquido, conforme permitido pelo CPC 06.

A Companhia não espera que a adoção inicial do NBC TG 06 (R3)/IFRS 16 afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais.

- IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros

O IFRS 9 (CPC 48) emitido em novembro de 2009 introduziu novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. O IFRS 9 (CPC 48) foi alterado em outubro de 2010 para incluir requerimentos para classificação e mensuração e desreconhecimento de passivos financeiros, e em novembro de 2013 para incluir novos requerimentos para contabilidade de hedge.

Outra revisão do IFRS 9 (CPC 48) foi emitida em julho de 2014 e incluiu, principalmente: (a) requerimentos de impairment para ativos financeiros; e (b) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a "valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes" para alguns instrumentos de dívida simples.

Os Administradores da sociedade identificaram necessidade de complemento da perda de crédito esperada com base na análise de mercado e a experiência dos profissionais que atuam diretamente com o recebimento de títulos, porém não identificaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

NOTA 6. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação em contrário.

a) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem caixa, depósitos bancários, aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses ativos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido e de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras.

b) APLICAÇÃO FINANCEIRA

Incluem aplicações financeiras de curto prazo de média liquidez, cujos vencimentos originais são superiores a três meses, sendo, após este prazo de carência, mantidas para negociação pela Companhia.

c) CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E PERDAS ESTIMADAS NO RECEBIMENTO DE CRÉDITOS

São registradas no balanço pelo valor nominal os títulos representativos de créditos, sendo classificadas no ativo circulante e não circulante.

A perda estimada no recebimento de créditos é calculada por montantes considerados suficientes para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber. Para tanto, aplica-se os critérios de análise histórica dos recebimentos de títulos da empresa, aliada à experiência dos profissionais que trabalham diretamente no recebimento destes valores, à análise técnica pormenorizadas dos títulos e à análise de mercado, conforme NBC TG 48 (Instrumentos Financeiros).

d) ESTOQUE

Os estoques de almoxarifado representam materiais e peças para alocação na manutenção de sua rede de distribuição e equipamentos, refletindo o plano de negócios da Companhia para os exercícios seguintes. A companhia mantém também estoque de gás natural, que representa o volume de gás armazenado na tubulação após as operações de compra e venda de gás no período. Ambos estoques estão avaliados pelo custo médio de aquisição e não superam os preços de mercado.

e) CONTRATO DE CONCESSÃO

Foi observada a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), correspondente à ITG 01 (R1), que orienta as empresas Concessionárias de Serviços Públicos a registrarem o direito de exploração relacionado ao contrato de concessão em suas demonstrações financeiras quando da ocorrência da seguinte situação: o Poder Concedente controla ou regulamenta quais serviços o Concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço. Desta forma, a Companhia reconheceu como intangível, em substituição ao imobilizado relativo à construção de infraestrutura e à aquisição de bens necessários para a prestação dos serviços de distribuição de gás, o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás.

Nos termos do contrato de concessão de distribuição de gás canalizado, que estão ao alcance do ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviços para o poder concedente quando constrói ou melhora a infraestrutura usada para prestar um serviço público por conta própria ou através de terceiros. Ao prestar o serviço, o concessionário deve mensurar e reconhecer a receita dos serviços que presta de acordo com o NBC TG 47.

A construção da infraestrutura é considerada como prestação de serviços ao Poder Concedente, sendo que a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, tendo em vista que não existe margem definida no Contrato de Concessão para esse serviço.

Essa prestação de serviço gera ao concessionário o benefício de poder cobrar do usuário do serviço, via tarifa, o retorno do valor dispendido. Ao final do período da concessão, especificamente nos últimos 10 anos, quando não será mais possível a recuperação dos investimentos via tarifa, a concessionária registrará, como ativo financeiro a ser indenizável pelo poder concedente, os valores residuais de investimentos realizados na construção da infraestrutura.

f) ATIVOS INTANGÍVEIS

Para os Ativos Intangíveis, foi observada a NBC TG 04 (R4), a qual define o tratamento contábil a ser dado aos ativos intangíveis que não são abrangidos especificamente por outros pronunciamentos. A Companhia apresenta, em seu ativo intangível, os valores referentes à construção de infraestrutura e à aquisição de bens necessários para a prestação dos serviços de distribuição de gás.

É demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada equivalente. Em atendimento ao ICPC 01 (R1), o Intangível decorre do Contrato de Concessão, e o seu montante é constituído pelo somatório dos valores desembolsados para a construção da infraestrutura e aquisição de bens necessários à prestação dos serviços de distribuição de gás, conforme divulgado na nota explicativa nº 18. A taxa para a amortização do Intangível é estabelecida no Contrato de Concessão firmado com o Governo do Estado do Ceará, que estabelece o prazo de 10 anos, estando, portanto, o método da amortização fundamentado no item 98B da Revisão N° 08/15 do Pronunciamentos Técnicos do Conselho Federal de Contabilidade, que estabelece a possibilidade da Companhia determinar sua taxa em decorrência de um fator limitante predominante que é inerente ao seu ativo intangível.

As amortizações dos itens que compõem o Intangível foram calculadas pelo método linear, e taxas anuais descritas na nota explicativa nº 18.

g) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS (VRA) – (Impairment)

Para o VRA, foi observada a NBC TG 01 (R4), que define procedimentos visando a assegurar que os ativos da sociedade não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda. Caso existam evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a sociedade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas, que poderá ser revertida. Não identificamos evidências de perda no valor recuperável. Apesar disso, foi feito o teste de recuperabilidade, visando a fidedignidade das informações divulgadas.

Através de estudos, foi demonstrado que o valor contábil líquido do grupo Intangível apresenta capacidade de recuperação, pois o valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, ou seja, seu valor em uso, é maior do que o seu valor contábil registrado.

O estudo que atestou a recuperabilidade dos ativos foi realizado tomando-se como base o ativo responsável pela geração de caixa, representado pelos bens necessários à prestação dos serviços de distribuição de gás, bens estes pertencentes ao Poder Concedente e registrados no grupo do Ativo Intangível.

O trabalho consistiu na elaboração de um fluxo de caixa projetado para período de dez anos, de 2020 a 2029. O período estimado no fluxo de caixa foi estabelecido em função da metodologia tarifária contida no Contrato de Concessão, que possibilita a inclusão na tarifa do gás, de uma parcela correspondente à remuneração dos investimentos realizados pela Concessão por um período de dez anos.

Na planilha do fluxo de caixa, foram considerados para o período de 2020 a 2024 os volumes de venda orçados no Plano Quinquenal da Companhia e, para o período de 2025 a 2029, foi projetado um crescimento médio de volumes de vendas na ordem de 2,67% para todos os segmentos de distribuição de gás atendidos pela Companhia, com exceção do segmento térmico, que não foi considerado para este cálculo.

Para os dados referentes aos custos variáveis, as despesas fixas e as tarifas de venda, foram utilizados os dados orçados no Plano Quinquenal da Companhia para o período de 2020 a 2024 e, para o período de 2025 a 2029, foram utilizados os valores orçados no ano de 2024 acrescidos da inflação acumulada, índice IGP-M, uma vez que é o mais utilizados na atualização dos contratos da Companhia, dos últimos 12 meses de 3,71% a.a. projetados ano a ano para o período, pela aplicação desta última taxa de crescimento ao ano.

Tomando como base as premissas estabelecidas acima, elaborou-se um fluxo de caixa para um prazo de dez anos e apurou-se o seu valor presente com uma taxa de desconto baseada na taxa SELIC, que remunera o Custo de Oportunidade do Capital de 4,25% a.a. O resultado desse estudo demonstrou que os ativos da sociedade estão registrados contabilmente por um valor inferior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda, com base no método de fluxo de caixa descontado, não havendo necessidade de registro de "Impairment".

h) SUBVENÇÕES E ASSISTÊNCIAS GOVERNAMENTAIS

Para as Subvenções e Assistências Governamentais, foi observada a NBC TG 07 (R2), a qual define o procedimento a ser aplicado na contabilização e na divulgação de subvenção governamental e na divulgação de outras formas de assistência governamental. Considerando o disposto na referida NBC TG, a companhia registrou, diretamente no resultado do exercício pelo regime de competência, os incentivos fiscais decorrentes de doações ou subvenções governamentais recebidas.

i) PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A provisão para imposto de renda é constituída sobre o lucro real à alíquota de 15%, mais o adicional de 10%, conforme legislação em vigor. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 9% do lucro contábil ajustado, conforme legislação em vigor.

Além dos tributos normalmente incidentes sobre o lucro do período, foram reconhecidos no resultado os efeitos das diferenças temporárias entre o regime contábil da apropriação de receitas e despesas e o seu regime tributário, de acordo com a NBC TG 32 (R4).

j) JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Em conformidade com o disposto no artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e regulamentação posterior, a Companhia contabilizou juros sobre capital próprio como despesa financeira. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras e em atendimento à Deliberação CVM nº 207/96, esses juros foram reclassificados de despesa financeira para lucros acumulados, não produzindo efeito no lucro líquido a não ser pelos impactos fiscais.

k) DIVULGAÇÕES SOBRE PARTES RELACIONADAS

Para as Partes Relacionadas, foi observada a NBC TG 05 (R3), a qual estabelece que as demonstrações financeiras da entidade contenham as divulgações necessárias para evidenciar a possibilidade de que sua posição financeira e seu resultado possam ter sido afetados pela existência de transações e saldos com partes relacionadas.

l) DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC

Foram observadas as orientações da NBC TG 03 (R3) no que se refere à apresentação de informações acerca das alterações históricas de caixa e equivalentes de caixa de uma entidade por meio de demonstração que classifique os fluxos de caixa do exercício por atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras divulgadas ao final de cada período.

m) DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos da NBC TG 09, a qual é apresentada como informação financeira adicional e tem por finalidade evidenciar as riquezas geradas pela entidade e a forma como tais riquezas foram distribuídas em determinado período.

n) PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Foi observada a NBC TG 25 (R2), a qual reconhece uma provisão em função de um evento passado que gera uma obrigação possível, estimada de maneira confiável e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade, sendo provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidá-la.

As provisões para passivos contingentes são constituídas com base em pareceres jurídicos que classificam as contingências com perspectiva de perda provável, assim como os depósitos relativos às contingências. Se classificadas como de perda possível, são evidenciadas em nota explicativa. Quando a possibilidade de perda é remota, não há tratamento nas Demonstrações Contábeis.

o) AJUSTE A VALOR PRESENTE (AVP)

Para o Ajuste a Valor Presente, foi aplicada a NBC TG 12, que estabelece os requisitos básicos a serem observados quando da aplicação do ajuste a valor presente na mensuração de ativos e passivos, decorrentes de operações de longo prazo e operações relevantes de curto prazo, no momento inicial em que tais ativos e passivos são reconhecidos, bem como nos balanços subsequentes.

p) RECEITAS

Para a Receita, foi aplicada a NBC TG 47 que estabelece um modelo para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. Este pronunciamento substitui as orientações anteriores de reconhecimento da receita presente no NBC TG 30 (R1) (IAS 18) - Receitas, NBC TG 17 (R1) (IAS 11) – Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornou efetiva a partir de 01/01/2018.

O princípio fundamental da NBC TG 47 (IFRS 15) consiste em a entidade reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens e serviços. Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com o cliente;
- Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato;
- Passo 3: Determinar o preço da transação;
- Passo 4: Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato;
- Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

De acordo com este Pronunciamento, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de performar for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente.

Neste sentido, a CEGÁS reconhece receitas oriundas principalmente das seguintes fontes:

- Venda de gás canalizado;
- Prestação de serviços de movimentação de gás de autoprodutor.

A Companhia avaliou as principais fontes de receita da entidade, conforme discriminado acima, e entende que elas representam obrigações de desempenho distintas, as quais deverão ser reconhecidas no determinado momento em que a entrega do gás e/ou o serviço é realizado e não identificou impacto na adoção inicial em 01 de janeiro de 2018.

q) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO DERIVATIVOS – RECONHECIMENTO E DESRECONHECIMENTO

A Companhia reconhece um ativo e um passivo financeiro inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalente de caixa, contas a receber e crédito de gás. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores e empréstimos e financiamentos.

NOTA 7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As disponibilidades da Companhia não absorvidas nas atividades operacionais ou de investimentos são mantidas em aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras têm diversos vencimentos, podendo ser resgatadas a qualquer tempo. Os valores aplicados estão acrescidos dos rendimentos até a data do encerramento dos períodos, conforme demonstrado: avaliar

DESCRIÇÃO	APLICAÇÃO	REMUNERAÇÃO	2019	2018
Caixa			1	1
Bancos			132	174
TOTAL DE CAIXA E BANCOS			**133**	**175**
Aplicações Financeiras				
Banco do Brasil	FUNDO BB	100% do CDI	10.302	16.859
Banco do Nordeste	CDB	99% a 100,25% CDI	84.878	74.832
Banco Safra	BOX-DI	100% a 101,5% CDI	25.291	16.636
Caixa Econ. Federal	CDB e			
	FUNDO CEF	101% do CDI	14.540	13.713
Bradesco	Debêntures	99% do CDI	1.396	-
TOTAL DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS			**136.407**	**122.040**
TOTAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			**136.540**	**122.215**

NOTA 8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Abaixo, demonstramos as aplicações de curto e longo prazo:

DESCRIÇÃO	TIPO DE APLICAÇÃO	REMUNERAÇÃO	2019	2018
Aplicações Financeiras Circulante				
Banco do Nordeste (a)	CDB	100% do CDI	-	4.684
TOTAL DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS			**-**	**4.684**

DESCRIÇÃO	TIPO DE APLICAÇÃO	REMUNERAÇÃO	2019	2018
Aplicações Financeiras Não Circulante				
Banco do Nordeste (b)	CDB	99% do CDI	7.871	3.800
TOTAL DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS			**7.871**	**3.800**

(a) Esta rubrica registra as aplicações financeiras de curto prazo cuja data de liquidez pactuada entre a companhia e as instituições financeiras é superior a três meses e inferior a 12 meses. A aplicação existente em 31 de dezembro de 2018, foi totalmente resgatada no primeiro semestre de 2019.

(b) Em 20 de agosto de 2014, a CEGÁS assinou contrato de número 16.2014.6002.16151, referente ao financiamento obtido junto ao Banco do Nordeste do Brasil, para construção e montagem voltado a expansão da rede de gasodutos da Companhia. A cláusula 20ª do contrato exige uma garantia complementar na forma de uma aplicação financeira que deverá ser mantida por todo o prazo contratual, com data prevista de término em 20 de agosto de 2024. Devido ao remanejamento do tipo de garantia do referido financiamento, em 18 de julho de 2019 a CEGÁS realizou uma aplicação adicional para compensar a redução da garantia de fiança.

NOTA 9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

A Companhia, seguindo as melhores práticas de governança, bem como a NBC TG Nº 05 (R3), segregou do contas a receber de clientes os montantes obtidos com partes relacionadas. Petrobras Distribuidora S/A, foi considerada parte relacionada em 2018, uma vez que era uma subsidiária da Petrobras S/A, porém, em 2019, parte das ações foram vendidas, e a mesma deixou de ser considerada parte relacionada, uma vez que a Petrobras S/A não detém mais o controle.

A Companhia realizou análise dos valores objeto de ações de cobrança judicial e reclassificou para o Não-Circulante os montantes cujas expectativas de recebimentos ultrapassam o exercício social.

DESCRIÇÃO – CIRCULANTE	2019	2018
Contas a Receber Clientes	71.256	20.005
Contas a Receber com Partes Relacionadas	21	1.818

DESCRIÇÃO – NÃO CIRCULANTE	2019	2018
Contas a Receber Clientes	23.015	9.396
Contas a Receber com Partes Relacionadas	1.110	14.626

Assim, o Contas a Receber de clientes no Circulante e Não Circulante ficou evidenciado conforme abaixo:

DESCRIÇÃO – CIRCULANTE	2019	2018
Central Gera. Termelétrica Fortaleza	48.234	-
Ceramica Brasileira Cerbras Ltda	2.763	2.580
Companhia Siderurgica Do Pecem	2.339	3.444
Ambev S.A.	1.903	1.696
Petrobras Distribuidora S/A	1.738	-
Mdias Branco S A Ind E Com De Alim.	929	
Vm Revendedora De Petroleo Ltda	613	544
M S Petroleo Ltda	477	343
Sobral Palacio Petroleo Ltda	415	-
Outros	11.899	11.440
Subtotal	**71.310**	**20.047**
(-) Perdas Estimadas no Recebimento de Créditos	(54)	(42)
TOTAL	**71.256**	**20.005**

DESCRIÇÃO – NÃO CIRCULANTE	2019	2018
Petrobras Distribuidora S/A	13.516	-
Shell Brasil Ltda	8.534	8.534
Santana Têxtil S/A	852	852
Cauipe Geradora de Energia S/A	558	558
Outros	1.495	1.258
Subtotal	**24.955**	**11.202**
(-) Perdas Estimadas no Recebimento de Créditos	(1.940)	(1.806)
TOTAL	**23.015**	**9.396**

QUADRO MOVIMENTAÇÃO PERDA DEVEDORES DUVIDOSOS - CIRCULANTE

Saldo em 2018	Adição	Baixa	Saldo em 2019
(42)	(26)	14	(54)

QUADRO MOVIMENTAÇÃO PERDA DEVEDORES DUVIDOSOS – NÃO CIRCULANTE

Saldo em 2018	Adição	Baixa	Saldo em 2019
(1806)	(139)	5	(1940)

O risco de crédito das contas a receber advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise da situação patrimonial e financeira de seus clientes, e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. O prazo médio de recebimento das vendas é de 16 (dezesseis) dias.

As Perdas Estimadas no Recebimento de Créditos foram constituídas com base na análise das duplicatas e valores a receber de clientes, em montante julgado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização, segundo critérios definidos pela administração, como: análise histórica dos recebimentos de títulos da empresa, experiência dos profissionais que trabalham diretamente no recebimento destes valores, análise técnica pormenorizadas dos títulos e análise de mercado, excluindo-se as antecipações contratuais restituíveis (penalidades) refletidas como adiantamentos de clientes no passivo.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as contas a receber por data de vencimento e desdobradas em venda de gás e penalidades estavam assim representadas:

DESCRIÇÃO – Venda de gás	2019	2018
A vencer	32.617	16.742
Vencidas em até 30 dias	1.620	2.641
Vencidas entre 31 e 365 dias	358	445
Vencidas há mais de 365 dias	946	714
TOTAIS	**35.541**	**20.542**

DESCRIÇÃO – Penalidades	2019	2018
A vencer	7.542	191
Vencidas em até 30 dias	-	27
Vencidas entre 31 e 365 dias	29.173	-
Vencidas há mais de 365 dias	24.009	10.489
TOTAIS	**60.724**	**10.707**

NOTA 10. CONTAS A RECEBER DE PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2019, como já evidenciado na Nota 9, a Companhia segregou das contas a receber no Ativo Circulante os valores referentes a transações com partes relacionadas, bem como transferiu para o longo prazo os montantes objeto de ações de cobrança judicial, com expectativas de recebimento que ultrapassam o exercício social. Na tabela abaixo, destacamos a composição do contas a receber com partes relacionadas:

DESCRIÇÃO – CIRCULANTE	2019	2018
Petrobras Distribuidora S.A.	-	1.818
Petróleo Brasileiro S.A.(LUBNOR)	21	-
TOTAL	**21**	**1.818**

DESCRIÇÃO – NÃO CIRCULANTE	2019	2018
Petrobras Distribuidora S.A.	-	13.516
Petróleo Brasileiro S.A. (i)	1.110	1.110
TOTAL	**1.110**	**14.626**

O valor registrado nestas rubricas refere-se a:

i) o valor de R$ 1.110 a receber da Petróleo Brasileiro S.A. decorre de notas de débito emitidas pela CEGÁS, referente à cobrança de margem de comercialização gerada em função da aplicação de cláusula contratual, que trata de penalidades aplicadas por falha de fornecimento da Petrobras junto à CEGÁS, e com esta junto à Central Geradora Termelétrica Fortaleza – CGTF.

A possibilidade de aplicação de penalidade por falha de fornecimento de gás está prevista na Cláusula 9.8.2 do Contrato de compra e venda de gás natural assinado em 16 de setembro de 2002, entre a Companhia e a CGTF – Central Geradora Termelétrica Fortaleza, com a interveniência da Petrobras, com a finalidade de compra pela CGTF – Central Geradora Termelétrica Fortaleza e venda pela Companhia da quantidade 1.550.000 m³ diária (média diária anual).

Desta forma, em dezembro de 2017, a Petrobras não conseguiu fornecer gás à Companhia que, consequentemente, não forneceu a quantidade de gás solicitada pela CGTF – Central Geradora Termelétrica Fortaleza. Essas falhas de fornecimento geraram uma cobrança da CGTF – Central Geradora Termelétrica Fortaleza para a Companhia na ordem de R$ 71.199, conforme notas de débitos abaixo relacionadas:

DESCRIÇÃO	N° NOTA DE DÉBITO	VALOR R$
Nota de Débito emitida pela CGTF	ND-010-17-R	68.813
Nota de Débito emitida pela CGTF	ND-001-18-R	2.386
TOTAL		**71.199**

Em contrapartida, a Companhia emitiu as seguintes notas de débitos contra a Petrobras, no valor total de R$ 72.874.

DESCRIÇÃO	N° NOTA DE DÉBITO	VALOR R$
Nota de Débito emitida pela CEGÁS	ND 2370	47.962
Nota de Débito emitida pela CEGÁS	ND 2374	20.852
Nota de Débito emitida pela CEGÁS	ND 2382	2.386
Nota de Débito emitida pela CEGÁS	ND 2371	1.110
Nota de Débito emitida pela CEGÁS	ND 2375	407
Nota de Débito emitida pela CEGÁS	ND 2383	157
TOTAL		**72.874**

A Petrobras reconheceu a devida aplicação da penalidade apenas para as notas de débito ND 2374, 2375, 2382, e 2383, que totalizaram R$ 23.801. Para a notas de débito ND 2370 e ND 2371 a Petrobras enviou carta à Companhia discordando dos valores cobrados e alegando a ocorrência de força maior, com base nos itens 9.8.2 do contrato supracitado. As diferenças entre os valores cobrados pela CGTF – Central Geradora Termelétrica Fortaleza e os valores apurados e não reconhecidos pela Petrobras estão sendo objeto de julgamento em tribunal arbitral, conforme previsão contratual, não existindo uma solução até o encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2019.

A Companhia entende que não existem riscos e que não sofrerá qualquer prejuízo financeiro após a decisão final, em razão da uniformidade das cláusulas de ambos os contratos com a CGTF e com a Petrobras, no que se refere ao inadimplemento, entretanto reclassificou os valores do contas a receber para o longo prazo até que seja julgada a causa pelo Tribunal Arbitral.

Entre dezembro de 2017 e janeiro de 2018, a Petrobras efetuou os pagamentos para a Companhia das notas de débito ND 2374, 2375, 2382 e 2383, que reconheceu como devidas, obedecendo as cláusulas contratuais. E em janeiro de 2018, a CEGÁS repassou para a CGTF – Central Geradora Termelétrica Fortaleza, líquidos da sua margem de distribuição, os valores de R$ 2.386 referente à nota de débito ND-011-18-R. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2019, os saldos a receber da Petrobras e a pagar à CGTF – Central Geradora Termelétrica Fortaleza encontravam-se registrados no ativo e passivo, respectivamente, conforme abaixo:

(A) ATIVOS – DESCRIÇÃO	Nº NOTA DE DÉBITO	2019
Nota de Débito emitida pela CEGÁS	ND 2370	47.962
Nota de Débito emitida pela CEGÁS	ND 2371	1.110
TOTAL (A)		**49.072**
(B) PASSIVOS – DESCRIÇÃO	**Nº NOTA DE DÉBITO**	**2019**
Nota de Débito emitida pela CGTF	ND-010-17-R	(47.962)
TOTAL (B)		**(47.962)**
Saldo a Receber Líquido (A – B)		**1.110**

NOTA 11. ESTOQUE

A Companhia registra o estoque de gás natural decorrente do armazenamento do produto em sua rede de distribuição canalizada. O valor apurado corresponde a capacidade instalada em sua malha de gasodutos que é de 77.713m³, multiplicado pelo custo de aquisição do Gás em dezembro de 2019, que é de R$ 1,2692 / m³. Em 2018, a capacidade instalada foi 74.183 m³ e o custo de aquisição do gás foi R$ 1,2412 / m³ . Os demais estoques referem-se a materiais de uso e consumo e a peças para manutenção.

ESTOQUES	2019	2018
Estoque de Gás Natural	99	92
Estoque de Materiais para Uso e Consumo	141	159
Estoque de Peças para Manutenção	614	417
TOTAL	**854**	**668**

NOTA 12. TRIBUTOS A RECUPERAR

Os impostos a compensar estão assim demonstrados:

DESCRIÇÃO – CIRCULANTE	2019	2018
IRRF a efetivar sobre aplicações financeiras	76	
IRPJ Pago a Maior	243	1
INSS (2)	137	137
PIS e COFINS - Arrendamento IRFS 16 (CPC 06) (3)	1.656	-
TOTAL CIRCULANTE	**2.112**	**138**

DESCRIÇÃO - NÃO CIRCULANTE	2019	2018
IRPJ e CSLL Diferidos (1)	16.069	14.534
TOTAL NÃO CIRCULANTE	**16.069**	**14.534**

(1) O IRPJ e CSLL Diferidos referem-se à constituição de ativo fiscal oriundo de diferenças temporárias dedutíveis, apurados com base nos passivos contingentes conforme determina a NBC TG 32 (R3) – Tributos sobre o lucro.

(2) A CEGÁS, autora de uma causa junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, foi vitoriosa no processo onde houve o pleito da compensação de contribuições previdenciárias sobre a remuneração paga a diretores não empregados. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia reconheceu o ativo assim como a atualização do crédito, conforme a decisão judicial e os ditames legais. A Companhia está aguardando a habilitação do crédito, junto a Receita Federal do Brasil, para realizar a devida compensação.

(3) A Companhia realizou o reconhecimento do arrendamento da Sede conforme descrito nas Notas 5 e 17 e contabilizou o crédito de PIS e COFINS até o final do contrato em contrapartida ao lançamento do arrendamento no Ativo Imobilizado, estando este último líquido.

NOTA 13. CRÉDITOS NAS OPERAÇÕES DE VENDA E AQUISIÇÃO DE GÁS

Os valores registrados nas contas Créditos nas Operações de Venda e Aquisição de Gás referem-se à aplicação de cláusulas constantes nos contratos de suprimentos da Companhia, que garantem à CEGÁS o recebimento de gás decorrente do adiantamento de valores ao Supridor correspondentes aos compromissos firmes de aquisição de volumes de gás.

Em consonância com as regras contratuais, esses adiantamentos são baixados contra a conta de fornecedores, à medida que os volumes de gás são retirados do supridor, ou levando para o resultado como despesa de penalidades, no caso de expirado o prazo contratual para a retirada do gás.

Como os valores adiantados ao Supridor confere o direito à Companhia constituído quando do adiantamento, de retirar os correspondentes volumes de gás, estes montantes estão atualizados pela variação do preço do gás ao final do exercício social.

A composição da Conta Créditos nas operações de venda e aquisição de gás está demonstrada conforme segue abaixo:

DESCRIÇÃO – ATIVO CIRCULANTE	2019	2018
Contrato Petrobras – Suprimento Geral (ii)	-	2.886
Contrato Petrobras – Suprimento Geral (Variação Preço)	-	1.674
Outros Adiantamentos	9	157
TOTAIS	**9**	**4.717**

DESCRIÇÃO – ATIVO NÃO CIRCULANTE	2019	2018
Contrato Petrobras – Suprimentos Termofortaleza (i)	35.134	15.228
Contrato Petrobras – Suprimentos Termofortaleza (Variação Preço) (i)	3.710	10.716
TOTAIS	**38.844**	**25.944**

Os valores registrados nestas rubricas referem-se a:
i) Contrato Petrobras – Suprimentos Termofortaleza
Em 16 de setembro de 2002, foi assinado o Contrato de compra e venda de gás natural entre a Companhia e a Central Geradora Termelétrica Fortaleza, com a interveniência da Petrobras, com a finalidade de compra pela Termofortaleza e venda pela Companhia, da quantidade de 1.550.000 m³ diária (média diária anual) até o término do contrato, com compromissos firmes previstos em caso de retirada de quantidades mensais superiores a 110% (cento e dez por cento) e inferiores a 80% (oitenta por cento) da quantidade diária programada. A Companhia se compromete, ainda, a uma retirada mínima mensal e anual, conforme abaixo, sujeita à aplicação de penalidade pelo não cumprimento da cláusula denominada Take or Pay. O compromisso firme de retirada de volumes, quando não atingido, gera adiantamento de pagamento ao supridor assim determinado:
a) a cada mês: calculado como 56% da Quantidade Contratada ("o compromisso de retirada mensal") subtraído o volume retirado no mês, ao qual se aplica o preço unitário da parcela relativa à commodity do custo do gás vigente ao final do último dia do mês de fornecimento.
b) a cada ano: calculado como 70% da Quantidade Contratada ("o compromisso de retirada anual") subtraído o volume retirado no ano, ao qual se aplica o preço unitário da parcela relativa à commodity do custo do gás vigente ao final do último dia do ano de fornecimento. O adiantamento ao supridor é realizado através de depósito à vista em conta bancária dos valores relativos aos volumes não consumidos, cujo crédito poderá ser recuperado, em quantidade de gás, até 365 dias após o final da vigência do contrato e no limite do valor do depósito corrigido pela variação do preço do gás.
Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de adiantamento do Contrato Petrobras – Suprimento Termofortaleza totalizou o valor de R$ 38.844, sendo R$ 35.134 o valor principal e a atualização de R$ 3.710 por variação no preço do gás. Como a CEGÁS mantém um contrato com o seu cliente Termofortaleza, nos mesmos moldes do seu contrato com a Petrobras, existe adiantamento pago pela Termofortaleza à Companhia no montante de R$ 35.134, acrescida da margem de comercialização da CEGÁS no valor R$ 5.338 e da atualização por variação de preço do gás no montante de R$ 3.710, configurando um valor a ser realizado no futuro de R$ 44.182 (Nota 21).
ii) Contrato Petrobras – Suprimento Geral
A Companhia ainda possui um compromisso com a Petrobras de compra de quantidades anuais de gás natural, o Contrato Firme Inflexível, na ordem 520.000 m³/ dia. Até o último ano de vigência deste contrato, a Companhia está sujeita à antecipação de valores ao supridor, no caso de os volumes de compras serem inferiores aos pactuados. Em 31 de dezembro de 2019 foram recuperados todos os valores de adiantamentos em aberto referente ao contrato de Suprimento Geral.

NOTA 14. DEPÓSITOS JUDICIAIS
Os saldos dos depósitos judiciais estão assim demonstrados:

DESCRIÇÃO – NÃO CIRCULANTE	2019	2018
Prefeitura Municipal de Fortaleza (1)	10.879	10.275
PIS sobre faturamento (2)	6.747	6.049
COFINS sobre faturamento (2)	29.640	26.428
Ação Trabalhista – Depósitos Recursais	90	68
Órgãos Reguladores – ANP (3)	280	280
Depósitos Judiciais Cíveis	152	152
IRPJ Depósito Judicial(4)	761	761
TOTAIS	**48.549**	**44.013**

(1) O valor de R$ 10.879 refere-se aos recolhimentos dos depósitos judiciais decorrentes de uma ação contra a Prefeitura Municipal de Fortaleza – PMF onde se questiona a cobrança de valores devidos pela instalação dos gasodutos no subsolo, determinadas pela Lei. Nº 8.744, de 10 de julho de 2003, que instituiu o pagamento de prestação pecuniária obrigatória a empresas que tenham infraestrutura instalada em logradouros públicos, no espaço aéreo, no solo e no subsolo do município de Fortaleza.
(2) A Companhia também ingressou na justiça, através de uma ação declaratória, pleiteando o direito de não incidência de PIS e COFINS sobre os valores do ICMS embutidos nas notas fiscais de aquisição de gás e repassados na tarifa do gás. Através de liminar concedida, a Companhia efetuou até dezembro de 2019 o depósito judicial no montante de R$ 6.747 referente ao PIS e de R$ 29.640 referente à COFINS.
(3)A CEGÁS também realizou depósito judicial de R$ 280, em ação ordinária, referente à multa aplicada pela Agência Nacional de Petróleo – ANP, e depósitos de ações cíveis, no montante de R$ 152.
(4)O depósito judicial, no valor de R$ 761, refere-se ao processo em que a CEGÁS declara a inexistência de crédito tributário, pleiteando a autora (Fazenda Nacional) a anulação de autuação realizada por conta da não inclusão de depósitos judiciais na base de cálculo do IR e do Lucro da Exploração referente ao exercício de 2008.
NOTA 15. DESPESAS ANTECIPADAS
A Companhia registrou nessa rubrica pagamentos pertinentes a custos e despesas que se referem a períodos de competência subsequentes, apresentadas no balanço pelas importâncias aplicadas, diminuídas das apropriações efetuadas no período, de forma a obedecer ao regime de competência. A tabela a seguir evidencia os principais tipos de despesas antecipadas:

DESCRIÇÃO	2019	2018
Seguros dos Gasodutos	333	315
Seguros dos Veículos	-	6
Outros	68	58
TOTAIS	**401**	**379**

NOTA 16. DEPÓSITO REINVESTIMENTO
A Companhia iniciou, no ano de 2017, a opção pelo Incentivo Fiscal de Reinvestimento do IRPJ, realizando depósitos mensais de 30% (trinta por cento) sobre o IR devido e 50% (cinquenta por cento) de recursos próprios junto ao Banco do Nordeste do Brasil. O Reinvestimento beneficia as pessoas jurídicas com empreendimentos em operação na área de atuação da Sudene, com o reinvestimento de 30% (trinta por cento) do Imposto devido, em projetos de modernização ou complementação de equipamento. Os recursos liberados devem ser incorporados ao capital da empresa no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do encerramento do exercício social em que houve a emissão do ofício de liberação pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.
O incentivo fiscal referente ao exercício de 2017 foi liberado em conta corrente da CEGÁS no dia 7 de maio de 2019, no valor de R$ 704, sendo R$ 443 correspondente ao incentivo (30%) e o restante os recursos próprios (50%) depositados pela Companhia. O respectivo capital social, no montante de R$ 443, foi integralizado em 29 de agosto de 2019, conforme descrito na Nota 27.
Quanto ao incentivo fiscal referente ao exercício 2018, foi protocolizado pleito junto a SUDENE em 27 de dezembro de 2019, no montante de R$ 980, sendo R$ 662 correspondente ao incentivo (30%) e o restante, os recursos próprios (50%) depositados pela Companhia.
Em relação ao incentivo referente ao exercício 2019, a Portaria n° 3.114, de 23 de dezembro de 2019 do Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR determinou que os depósitos para reinvestimento relativos ao citado ano-base fossem revertidos em favor da União, tendo em vista que o benefício possa gerar renúncia somente em 2020, quando de sua previsão na Lei Orçamentária Anual - LOA. Dessa forma, o Banco do Nordeste efetuou recolhimento em favor da União em 30 de dezembro de 2019 e efetuará a devolução à Companhia em 2020. A tabela a seguir evidencia os valores dos depósitos de reinvestimento por competência, na posição de 31 de dezembro de 2019 e 2018:

DESCRIÇÃO	2019	2018
Ano Base 2017	-	666
Ano Base 2018	980	907
Ano Base 2019	372	-
TOTAIS	**1.352**	**1.573**

NOTA 17. IMOBILIZADO
Os valores reconhecidos no Imobilizado decorrem do Arrendamento, adequando-se ao IFRS 16, conforme Nota 5. Seu montante total é constituído pelo valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão. O montante das amortizações acumuladas está destacado pelo total. Devido à característica das atividades operacionais, a depreciação do imobilizado tem início quando o bem que lhe deu origem entra em operação. Vale destacar que tal bem não faz parte do contrato de concessão da Companhia, não configurando um Ativo Intangível. Logo, o mesmo passou a ser classificado como Ativo Imobilizado, conforme definido pelo CPC 06. No quadro abaixo demonstra-se a composição atual da conta:

		2019			
DESCRIÇÃO	Taxa	Custo	(-) Depreciação	Líquido	2018
Arrendamento IFRS 16	10%	14.000	(2.854)	11.146	-
TOTAIS		14.000	(2.854)	11.146	-

No quadro abaixo apresenta-se a movimentação das contas ocorrida no exercício:

DESCRIÇÃO	Saldo em 2018	Adoção inicial	Baixas/ Rever.	Transf.	Saldo em 2019
Arrendamento – IFRS 16	-	14.000	-	-	14.000
TOTAIS	**-**	**14.000**	**-**	**-**	**14.000**

DESCRIÇÃO	Saldo em 2018	Adições	Baixas/ Rever.	Transf.	Saldo em 2019
Arrendamento – IFRS 16	-	(2.854)	-	-	(2.854)
TOTAIS	**-**	**(2.854)**	**-**	**-**	**(2.854)**
TOTAL LÍQUIDO	**-**	**11.146**	**-**	**-**	**11.146**

NOTA 18. INTANGÍVEL
Os valores reconhecidos no Intangível decorrem do Contrato de Concessão e o seu montante total é constituído pelo valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão. O montante das amortizações acumuladas está destacado pelo total. Devido à característica das atividades operacionais, a amortização do intangível tem início quando o bem que lhe deu origem entra em operação. No quadro abaixo demonstra-se a composição atual da conta:

		2019			
DESCRIÇÃO	Taxa	Custo	(-) Amortização	Líquido	2018
Terrenos	10%	676	(537)	139	205
Edificações (Imóveis)	10%	2.821	(1.607)	1.214	1.496
Móveis e Utensílios	10%	2.614	(976)	1.638	1.226
Veículo Téc. Administrativo	10%	1.544	(635)	909	638
Veículo Diretoria	10%	111	(106)	5	23
Veículos Trans. de Gás	10%	577	(577)	-	-
Equip. de Process.	10%	2.190	(1.255)	935	1.079
Rede de Distribuição	10%	174.129	(90.131)	83.998	93.889
Máquinas e Equip.	10%	4.591	(2.026)	2.565	2.416
Benfeitoria em Imóveis	10%	531	(191)	340	289
Softwares	10%	10.257	(5.052)	5.205	5.516
Manual de rotinas ARCE	10%	50	(38)	12	17
Rede de Distrib. - Terceiros	10%	76	(27)	49	65
Obras em Andamento	10%	35.795	-	35.795	18.429
TOTAIS		**235.962**	**(103.159)**	**132.803**	**125.288**

No quadro abaixo apresenta-se a movimentação das contas ocorrida no exercício:

DESCRIÇÃO	Saldo em 2018	Adições	Baixas Rever.	Transf.	Saldo em 2019
Terrenos	676	-	-	-	676
Edificações (Imóveis)	2.821	-	-	-	2.821
Móveis e Utensílios	1.985	629	-	-	2.614
Veículo Tec. Administrativo	1.417	430	(303)	-	1.544
Veículo Diretoria	172	-	(61)	-	111
Veículos Trans. de Gás	577	-	-	-	577
Equip. de Process.	2.142	48	-	-	2.190
Rede de Distribuição	170.720	964	184	2.261	174.129
Máquinas Equipamentos	4.047	487	-	57	4.591
Benfeitoria em Imóveis	436	95	-	-	531
Softwares	9.742	515	-	-	10.257
Manual de rotinas ARCE	50	-	-	-	50
Rede de Distrib. -teTerceiros	76	-	-	-	76
Obras em andamento	18.429	20.776	(1.286)	(2.124)	35.795
TOTAIS	**213.290**	**23.944**	**(1.466)**	**194**	**235.962**

AMORTIZAÇÃO	Saldo em 2018	Adições	Baixas Rever.	Transf.	Saldo em 2019
Terrenos	(471)	(66)	-	-	(537)
Edificações (Imóveis)	(1.325)	(282)	-	-	(1.607)
Móveis e Utensílios	(759)	(218)	-	-	(977)
Veículo Tec. Administrativo	(779)	(131)	275	-	(635)
Veículos Trans. de Gás	(577)	-	-	-	(577)
Veículo Diretoria	(149)	(7)	50	-	(106)
Equip. Process. Dados	(1.063)	(192)	-	-	(1.255)
Rede de Distribuição	(76.831)	(14.149)	849	-	(90.131)
Máquinas Equipamentos	(1.631)	(395)	-	-	(2.026)
Benfeitoria em Imóveis	(147)	(44)	-	-	(191)
Softwares	(4.226)	(826)	-	-	(5.052)
Manual de rotinas ARCE	(33)	(5)	-	-	(38)
Rede de Distrib. Terceiros	(11)	(16)	-	-	(27)
TOTAIS	**(88.002)**	**(16.331)**	**1.174**	**-**	**(103.159)**
TOTAL LÍQUIDO	**125.288**	**7.613**	**(292)**	**194**	**132.803**

Em virtude da aplicação do ICPC 01 (R1), a taxa para a amortização dos itens que compõem o Intangível, é a estabelecida no Contrato de Concessão firmado com o Governo do Estado do Ceará, o qual estabelece o prazo de 10 anos. O método da amortização está fundamentado no item 98B da Revisão N° 08/15 do Pronunciamento Técnico aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade, que estabelece a possibilidade de a Companhia determinar sua taxa em decorrência de um fator limitante predominante que é inerente ao seu ativo intangível.
Através de estudos efetuados, foi demonstrado que o valor contábil líquido do intangível apresenta capacidade de recuperação, pois o valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, ou seja, seu valor em uso é maior do que o seu valor contábil registrado, conforme define a NBCTG 01 (R3) que visa assegurar que os ativos da sociedade não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda.

NOTA 19. FORNECEDORES
O saldo da conta Fornecedores é composto em sua maior parte pelas obrigações a pagar à Petrobras pela aquisição de gás natural, a conta Outros refere-se a aquisições de bens destinados à construção da rede de distribuição de gás e à aquisição de materiais e serviços para a gestão e manutenção da máquina administrativa da Companhia, conforme demonstrado abaixo:

DESCRIÇÃO	2019	2018
Petrobras – Aquisição de gás natural	60.781	12.865
Petrobras – Serviço de manutenção da Rede de Gasodutos	8.564	5.282
Outros	10.888	13.306
TOTAL	**80.233**	**31.453**

Em 16 de agosto de 2019 foi assinado o Termo de Encerramento de Pendência – TEP entre Petrobras e Cegás com o intuito de resolver, entre outros, pendências decorrentes da execução , construção, montagem do Gasoduto de Conexão e da Estação de Medição, Regulagem e Pressão (EMRP) , explicado na Nota 20, além das pendências referentes à operação e manutenção dos mesmos.
Segundo o TEP, o pagamento a ser realizado pela Cegás à Petrobrás, referente à operação e manutenção, deverá ser reajustado pelo IGPM. Assim, dos R$ 8.564 registrados na contabilidade, R$ 5.281 refere-se ao valor do principal de manutenção, R$ 3.044 refere-se à atualização monetária, e R$ 239 refere-se à manutenção da rede de agosto até dezembro de 2019 que não estava contemplado no TEP. O pagamento do valor acordado no TEP ocorreu em uma única parcela em janeiro de 2020, montante de R$ 8.325.
Em 20 de dezembro de 2019, a Companhia assinou o Contrato de Compra e Venda de Gás Natural com a Petróleo Brasileiro S.A – Petrobrás, com vigência de 1 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2021, assumindo o compromisso de compra mínima de gás de 520.000 m3/dia, com valor estimado do contrato de R$ 499.251.343,00.

NOTA 20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

		CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
DESCRIÇÃO	VENCIMENTO	2019	2018	2019	2018
Contrato Expansão Rede	2024	7.375	7.393	26.737	34.029
Contrato Rede Térmica	2015	0	12.134	12.134	-
Arrendamento – IFRS 16	2027	1.469	-	12.147	-
TOTAL		**8.844**	**19.527**	**51.018**	**34.029**

O Contrato Expansão Rede (N°. 16.2014.6002.16151), assinado em 20 de agosto de 2014, refere-se ao financiamento obtido junto ao Banco do Nordeste do Brasil para construção e montagem do Gasoduto Linha Tronco e ramais de Conexão. O valor principal foi de R$ 44.081, deduzidos dos custos a apropriar de R$ 366, a ser pago em 72 (setenta e duas) parcelas mensais, vencida a primeira no mês de setembro de 2018. A taxa de juros efetiva sobre o principal é de 8,24% a.a. (oito inteiros e vinte e quatro centésimos por cento ao ano), e com desconto de 15% se pago em dia, capitalizados mensalmente e exigível trimestralmente durante o período de carência de 48 (quarenta e oito) meses, e mensalmente durante o período de amortização, a partir de setembro de 2018, juntamente com as prestações vincendas de principal. De 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019, a Companhia pagou R$ 2.620 a título de juros sobre o valor financiado. Vale ressaltar que não há clausula de covenants.
O Contrato Rede Térmica refere-se ao financiamento obtido junto à Petrobras, pela construção e montagem da Estação de Medição e Regulagem de Pressão e do Gasoduto de Conexão, para atendimento ao cliente Termofortaleza, no valor principal de R$ 4.896, a ser pago em 144 (cento e quarenta e quatro) parcelas mensais, vencida a primeira no mês de janeiro de 2004. As parcelas estão corrigidas, pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). As parcelas serão cobradas pela Petrobras quando o gasoduto construído for regularizado junto à ANP – Agência Nacional de Petróleo.
Em 16 de agosto de 2019, foi assinado um Termo de Encerramento de Pendências – TEP entre Petrobras e Cegás com o intuito de resolver pendências decorrentes do Contrato Rede Térmica supramencionado. Acordou-se entre as partes que a quitação do contrato se dará mediante o cumprimento de obrigações previstas no TEP, bem como do pagamento do valor de R$ 12.134 atualizados pelo IGPM até o mês anterior à data do respectivo pagamento. Em 31 de dezembro de 2019, o impacto da atualização monetária no resultado seria de R$ 2.581, que totalizaria um valor a pagar de R$ 14.715. No entanto, conforme cláusula 5.1 do TEP, a eficácia do instrumento é condicionada ao adimplemento total do objeto do Termo de Compromisso decorrente do TEP celebrado entre as partes, qual seja, a conclusão, por parte da Petrobras, das adequações do Ponto de Entrega José de Alencar e a construção, a ser realizada pela Cegás, de Gasoduto de Distribuição para interligação do Ponto de Entrega José de Alencar à Usina Termofortaleza. Assim, o reconhecimento da atualização monetária prevista no instrumento será apropriada ao resultado na medida em que as obrigações acordadas entre as partes forem cumpridas. Segundo a Cláusula 10.1 do Termo Compromisso do TEP, o prazo para conclusão das obrigações é de até 24 meses, prorrogáveis por igual período, a contar da data de assinatura do citado documento.
A Companhia reconheceu o arrendamento referente a sede administrativa conforme descrito na Nota 5. Assim no início do arrendamento, a CEGÁS separou os pagamentos entre aluguel e demais elementos do contrato com base no seu valor justo relativo. Os custos financeiros atribuídos ao passivo foram determinados com base na taxa de juros do contrato do financiamento vigente (8,24% a.a).De 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019, a Companhia pagou R$ 1.135 a título de juros sobre o valor arrendado. O índice de atualização do contrato é o IGP-M, no valor de 1,0782225.

NOTA 21. DÉBITOS NAS OPERAÇÕES DE VENDA E AQUISIÇÃO DE GÁS
Os valores registrados nas contas Débitos nas operações de venda e aquisição de gás referem-se à aplicação de cláusulas contratuais dos contratos dos maiores clientes industriais que garantem à Companhia o adiantamento de valores correspondentes aos compromissos firmes de aquisição de volumes de gás.
Em consonância com as regras contratuais, esses adiantamentos são baixados contra a rubrica contas a receber de cada cliente à medida que os volumes de gás são retirados pelos usuários ou levando para o resultado como receita de penalidades, no caso de expirado o prazo contratual para a retirada do gás.
O contrato com o cliente Termofortaleza estabelece que os valores adiantados correspondem a volumes de gás a serem retirados. Desta forma, estes montantes são atualizados pela variação do preço do gás ao final do exercício social. Os demais valores, que estão atrelados a outras modalidades contratuais, são mantidos a valores nominais.
A conta também contempla os valores de Cauções de Clientes dado em garantia contratual. A composição da Conta Débitos nas operações de venda e aquisição de gás está demonstrada conforme segue abaixo:

DESCRIÇÃO – CIRCULANTE	2019	2018
Contr. de Clientes – Compromisso de retirada de gás (i)	5.122	10.420
Cauções de Clientes (ii)	90	316
TOTAIS	**5.212**	**10.736**

DESCRIÇÃO –NÃO CIRCULANTE	2019	2018
Contrato Termofortaleza – Compromisso de Retirada de gás (iii)	40.472	17.684
Contrato Termofortaleza – Compromisso de Retirada de gás (Variação Preço) (iii)	3.710	10.716
Contrato Termofortaleza – Margem SOP	90	-
Outros Adiantamentos – Cláusula Contratual (iv)	35.877	25.205
TOTAIS	**80.149**	**53.605**

Os valores registrados nestas rubricas referem-se a:
i) R$ 5.122 refere-se a adiantamento dos clientes de valores correspondente ao cumprimento da cláusula contratual de compromisso firme de retirada de gás;
ii) R$ 90 refere-se a cauções de clientes para cobrir possíveis inadimplências no pagamento das faturas de gás;
iii) R$ 40.472 refere-se ao cumprimento da cláusula contratual de compromisso firme de retirada de gás emitido contra o cliente Termofortaleza, sendo R$ 35.134, acrescida da margem de comercialização da CEGÁS no valor R$ 5.338 e da atualização por variação de preço do gás no montante de R$ 3.710, configurando um valor a ser realizado no futuro de R$ 44.182.
Conforme já explanado na Nota Explicativa n° 13, a CEGÁS mantém um contrato com o seu supridor Petrobras, nos mesmos moldes do seu contrato com a Termofortaleza, estando registrado na conta Crédito nas operações de venda e aquisição de gás com o supridor Petrobrás o montante de R$ 35.134 referente ao principal e R$ 3.710 referente à atualização por variação no preço do gás.
iv) R$ 35.877 refere-se à emissão de notas de débitos aplicadas a clientes em cumprimento ao disposto na cláusula contratual de compromisso firme de retirada de gás, que estão sendo objeto de ação judicial de cobrança ou cuja expectativa de desfecho se estende além do exercício social. Desta forma, foram transferidos para o Passivo Não Circulante estando composto da seguinte forma:

DESCRIÇÃO – NÃO CIRCULANTE	2019	2018
Petrobras Distribuidora S/A	13.516	13.516
Shell Brasil Ltda	8.532	10.016
Siderúrgica Latino Americana S/A	11.968	-
Santana Têxtil S/A	1.068	1.068
Demais clientes	793	605
TOTAL	**35.877**	**25.205**

NOTA 22. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Consideram-se pessoal-chave da Administração os membros da diretoria estatutária e membros independentes do Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou o montante de R$ 1.307 relativo à remuneração do pessoal-chave da Administração e do Conselho de Administração, a título de benefícios de curto prazo. Vale salientar que o valor dos honorários da Administração evidenciados na demonstração de resultado do período contempla a remuneração direta, compreendendo itens como salários, pró-labore e gratificações e a remuneração variável da Diretoria Estatutária, conforme descrito na Nota 26 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019.

NOTA 23. CAUÇÕES/VALORES EM CONTROVÉRSIA/SUBVENÇÕES

O registro na rubrica outros passivos no Circulante e Não Circulante referem-se ao saldo de subvenções de investimentos a apropriar, provisões para contingências, cauções contratuais, valores em controvérsia e participação financeira de clientes conforme demonstrado na tabela a seguir:

DESCRIÇÃO – CIRCULANTE	2019	2018
Subvenções de investimentos a apropriar	35	35
Cauções Contratuais	173	273
Valores em controvérsia – Termelétrica (Nota 10)	1.110	1.110
Outros Passivos	1	-
SALDO FINAL	**1.319**	**1.418**

DESCRIÇÃO – NÃO CIRCULANTE	2019	2018
Subvenções de investimentos a apropriar	67	102
Participação financeira de clientes	150	165
SALDO FINAL	**217**	**267**

Com relação às subvenções, a Companhia recebeu, no ano de 2012, a título de doação da Prefeitura de Aquiraz, um terreno avaliado em R$ 350, estando destinado à construção de um ponto de transferência de gás da Petrobras para a CEGÁS e à construção de uma estação de odorização de gás natural.
Para a concretização da doação foram listados na escritura os seguintes condicionantes: o terreno deverá ser utilizado exclusivamente para a atividade comercial e/ou industrial da companhia; a construção deve ser iniciada em até 180 (cento e oitenta) dias da data da doação; devem ser cumpridas normas ambientais do município; a Companhia deverá contratar para trabalhar no empreendimento, preferencialmente, mão de obra local; está vedada a transferência, onerosa ou gratuita pelo prazo de 10 (dez) anos do terreno, e no caso de falência dentro do prazo de 10 (dez) anos, o terreno deverá ser devolvido ao município. A Companhia implementou todas as ações necessárias para o cumprimento do contrato de doação.
Desta forma, em virtude das cláusulas contratuais condicionantes e por força das orientações dadas pela Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), que determina que os ativos da Companhia sejam registrados no Ativo Intangível, o Terreno foi registrado na rubrica contábil: "Ativo Intangível" em contrapartida da rubrica contábil "Subvenções de Incentivo a Apropriar", no Passivo. O reconhecimento da Receita de Doação foi apropriado ao resultado na parcela equivalente à amortização do período de acordo com a legislação vigente. Desta forma, foi reconhecido como receita em 2019 o montante de R$ 35.
Em relação aos Valores em controvérsia – Termelétrica, tal fato está evidenciado na Nota 10.

NOTA 24. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

As provisões para contingências registradas pela CEGÁS, com base na NBC TG 25 (R2) e parecer técnico da assessoria jurídica, no montante de R$ 47.685, referem-se a demandas judiciais de natureza cível, administrativa, tributária e trabalhista em que a Companhia figura como Ré.
As provisões para contingências julgadas pela Companhia com risco de perda provável estão evidenciadas no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO – CIRCULANTE	2019	2018
Contingências Cíveis	7	6
TOTAIS	**7**	**6**

DESCRIÇÃO – NÃO CIRCULANTE	2019	2018
Prefeitura Municipal de Fortaleza (1)	10.879	10.275
PIS sobre faturamento (2)	6.747	6.049
COFINS sobre faturamento (2)	29.639	26.428
ARCE – Agência Reguladora do Ceará (3)	57	57
ANP – Agência Nacional de Petróleo (3)	280	280
Contingências Trabalhistas	83	222
TOTAIS	**47.685**	**43.311**

(1) O valor de R$ 10.879 corresponde à provisão para contingência fiscal, cobrada pela Prefeitura Municipal de Fortaleza – PMF correspondente às prestações determinadas pela Lei. Nº 8.744, de 10 de julho de 2003, a qual instituiu o pagamento de prestação pecuniária obrigatória a empresas que tenham infraestrutura instalada em logradouros públicos, no espaço aéreo, no solo e no subsolo do município de Fortaleza.
(2) A partir de dezembro de 2006, a Companhia também passou a constituir uma provisão para contingência tributária, por uma possível iminência de autuação fiscal, pelo procedimento tributário de creditar-se de PIS e COFINS sobre o ICMS que é pago pela aquisição de gás natural da Petrobras por substituição tributária.
A Companhia entrou na justiça, através de uma ação declaratória, pleiteando uma declaração de inconstitucionalidade da incidência destas obrigações tributárias e, através de liminar concedida, efetuou até dezembro de 2019 o depósito judicial da obrigação constituída no montante de R$ 6.747 referente ao PIS e R$ 29.639 referente à COFINS.
Em janeiro de 2020, o Juiz Federal da 1º Vara Federal – CE proferiu a decisão sobre a ação supramencionada, dando ganho de causa à CEGÁS. Assim, autorizou a imediata cessão dos depósitos judiciais mensais que têm sido efetivados pela Companhia referentes às diferenças entre o PIS/PASEP e COFINS com o ICMS-ST na base de cálculo e sem o ICMS-ST na base de cálculo.
Além disso, foi reconhecido o direito da Cegás ao levantamento dos valores depositados em juízo. Todavia, a expedição de alvará ou transferência bancária foi condicionada à preclusão da matéria, assim a Receita Federal ainda tem o direito de recorrer da decisão. Não havendo recurso ou este sendo julgado improcedente, a Cegás procederá ao levantamento dos valores depositados e reverterá a provisão para contingência correspondente a essa ação. Dessa forma, o impacto positivo no resultado, considerando a reversão da provisão para contingência relativos ao ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS e atualização dos depósitos judiciais foi estimada, na posição de dezembro de 2019, em aproximadamente R$ 60.131.
(3) Os valores de R$ 57 e R$ 280 referem-se a provisões de penalidades impostas pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará, e pela Agência Nacional de Petróleo respectivamente. Essas punições ainda estão em fase de defesa por parte da Companhia nas instâncias administrativas e judiciais. Ações trabalhistas nas quais a Companhia é demandada referem-se, sobretudo, ao reconhecimento de vínculo empregatício e a verbas de natureza salarial.

QUADRO DE MOVIMENTAÇÃO DE PROVISÃO

DESCRIÇÃO	2019	2018
Saldo Inicial	43.311	38.997
Constituição de Provisão no Período	4.374	4.314
SALDO FINAL	**47.685**	**43.311**

Os passivos contingentes classificados, em 31 de dezembro de 2019, pela Assessoria Jurídica da Companhia como de perda possível e que não estão provisionados estão evidenciados no quadro abaixo:

Natureza	Valor da Causa
Trabalhista	470
Cível	5.932
Tributária	2.982
SALDO FINAL	**9.384**

NOTA 25. DESTINAÇÃO DO LUCRO DO EXERCÍCIO E DIVIDENDOS A PAGAR

O Estatuto Social da companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido, ajustado pelas movimentações patrimoniais das reservas, conforme determinado pela Lei nº 6.404/76, nos termos do seu artigo 202 e suas posteriores alterações. E o artigo 4° do Estatuto da Companhia determina o pagamento mínimo aos titulares de ações preferenciais no montante de 6% do capital social.
O pronunciamento técnico ICPC 08 estabelece que o dividendo adicional ao mínimo obrigatório contido em proposta da administração efetuada antes da deliberação em Assembleia Geral deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica "dividendo adicional proposto". Os Juros sobre o Capital Próprio foram imputados aos dividendos obrigatórios nos anos de 2019 e de 2018, líquido de Imposto de Renda Retido na Fonte. Os dividendos adicionais propostos, nos exercícios de 31 de dezembro de 2019 e de 2018, são demonstrados como segue:

DIVIDENDOS PROPOSTOS	2019	2018
Lucro Líquido do Exercício	60.853	56.674
(-) Reserva Legal – 5% até o limite de 20% do capital	(2.237)	(2.369)
(-) Reserva de Incentivos Fiscais – IRPJ	(11.847)	(11.404)
(-) Ajuste IFRS 16 Arrendamento Mercantil	(395)	-
(=) Dividendos propostos	**46.374**	**42.901**
(-) Juros sobre capital próprio líquido (A)	(8.828)	(8.759)
(-) IRRF Sobre Juros Remuneratórios do Capital Próprio	(1.255)	(1.245)
(=) Total dos Dividendos a pagar (B)	**36.291**	**32.897**

DIVIDENDO MÍNIMO EXIGIDO ESTATUTO SOCIAL	2019	2018
Capital Social de Ações Preferenciais	91.209	83.753
Dividendo Mínimo Obrigatório Ações Preferenciais (6%) (C)	**5.473**	**5.025**
CÁLCULO DIVIDENDO OBRIGATÓRIO LEI 6.404/76	**2019**	**2018**
(=) Base de cálculo dos dividendos propostos	**46.374**	**42.901**
Dividendo Obrigatório (25%) (D)	**11.594**	**10.726**
(-) Juros sobre capital próprio líquido (A)	(8.828)	(8.759)
Dividendo mínimo (D - A)	**2.766**	**1.967**
Dividendos mínimos Ações Preferenciais (E)	1.844	1.311
Dividendos mínimos Ações Ordinárias (F)	922	656

DIVIDENDOS MÍNIMOS EXIGIDOS	2019	2018
Dividendo Mínimo Obrigatório Ações Preferenciais (C)	5.473	5.025
Dividendos mínimos Ações Ordinárias (F)	922	656
Total Dividendo Mínimo Exigido (C + F)	**6.395**	**5.681**
Dividendos adicionais propostos pela Administração (B - C - F)	**29.896**	**27.216**

NOTA 26. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS DOS EMPREGADOS E BÔNUS DE DESEMPENHO DOS DIRETORES

Em conformidade com as disposições contidas na Lei N.º 10.101/2000 e com a Política de Participação nos Lucros e Resultados aprovada pelo Conselho de Administração, a Companhia estipulou o Programa de Participação nos Lucros e Resultados dos empregados (PPLR) com anuência do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Petróleo nos Estados do Ceará e Piauí – SINDIPETRO-CE/PI e o programa de Bônus de Desempenho a título de participação nos lucros dos diretores para o exercício 2019. Foram estabelecidas as Metas Corporativas para o período, bem como os critérios de sua mensuração, documento este que foi aprovado pelo Conselho de Administração em 13 de dezembro de 2018, nos termos da ata da sua 179ª Reunião.
O valor provisionado para o exercício de 2019 a título de Participação nos Lucros e Resultados aos empregados foi de R$ 1.443, e de Bônus de Desempenho a título de participação nos lucros para diretores foi de R$ 112, tendo sido calculados com base na apuração de realização das Metas Corporativas fixadas para o referido exercício, e das metas setoriais negociadas entre diretores e colaboradores.

NOTA 27. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2019, assim como em dezembro de 2018, o capital social estava composto de 39.400.000 ações sem valor nominal, sendo 13.133.334 ações ordinárias e 26.266.666 ações preferenciais, todas de classe única, de acordo com a distribuição a seguir:

ACIONISTAS	Ações Ordinárias	Ações Prefrenciais	Capital Votante (%)	Capital Total (%)
Estado do Ceará	6.698.000	-	51,00	17,00
Petrobras Gás S/A – GASPETRO	3.217.667	13.133.333	24,50	41,50
Mitsui Gás e Energia Ltda.	3.217.667	13.133.333	24,50	41,50
TOTAIS	**13.133.334**	**26.266.666**	**100,00**	**100,00**

As ações preferenciais são nominativas, não possuem valor nominal, não têm direito a voto e gozam da prioridade no recebimento de dividendo mínimo obrigatório e no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia.
A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de agosto de 2019 aprovou o aumento de capital, com a incorporação de reserva de incentivos fiscais, no montante de R$ 11.185, sem modificação da quantidade de ações existentes. Deste montante, R$ 443 são oriundos do Reinvestimento e R$ 10.742 em decorrência do Lucro da Exploração. A participação de cada sócio em 31 de dezembro de 2019 está demonstrada na tabela abaixo:

ACIONISTAS	% Total de Ações	Vr. das Ações Ordinárias	Vr. das Ações Preferenciais	Vr. Total
Estado do Ceará	17,00	23.259	-	23.259
Petrobras Gás S/A – GASPETRO	41,50	11.173	45.604	56.777
Mitsui Gás e Energia Ltda.	41,50	11.173	45.604	56.777
TOTAL	**100,00**	**45.605**	**91.208**	**136.813**

NOTA 28. RECEITA LÍQUIDA – VENDA DE GÁS E SERVIÇOS

A receita líquida por natureza está demonstrada na tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	2019	2018
Receita Bruta	**719.466**	**518.370**
Venda de Gás	695.188	499.271
Prestação de Serviços	233	235
Receita de Construção	24.045	18.864
(-) Deduções da Receita Bruta	**(179.082)**	**(133.125)**
Venda de Gás	(179.060)	(133.104)
Prestação de Serviços	(22)	(21)
(=) Receita Líquida	**540.384**	**385.245**
Venda de Gás	516.128	366.167
Prestação de Serviços	211	214
Receita de Construção	24.045	18.864

Nas deduções da Receita Bruta, foi considerado o Decreto nº 24.569/97, do Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria da Fazenda, que determina atribuir à Companhia a condição de sujeito passivo por substituição tributária, nas operações de aquisição de gás natural.

NOTA 29. CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS POR NATUREZA

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados por natureza estão demonstrados na tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	2019	2018
Custo de Aquisição do Gás Natural	(404.322)	(266.028)
Custo de Pessoal	(4.189)	(3.414)
Custo dos Serviços Prestados	(4.672)	(5.216)
Custo de Aquisição de Materiais	(411)	(592)
Custo de Amortização Operacional	(13.445)	(12.818)
Custo de Construção	(24.045)	(18.864)
Outros	(806)	(694)
TOTAL	**(451.890)**	**(307.626)**

NOTA 30. DESPESAS POR NATUREZA

As despesas por natureza de gastos estão demonstradas na tabela abaixo:

DESPESAS POR NATUREZA	2019	2018
Despesa de Pessoal	(12.155)	(9.920)
Despesas dos Serviços prestados	(5.563)	(4.314)
Despesas de Aquisição de Materiais	(98)	(93)
Despesas de Amortização Administrativa	(3.397)	(1.720)
Despesas Gerais e Administrativas	(3.981)	(5.467)
Despesas Tributárias	(3.892)	(4.086)
TOTAL	**(29.086)**	**(25.600)**

NOTA 31. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Outras Receitas Operacionais referem-se às penalidades originadas por aplicação de cláusulas contratuais com os clientes. As Outras Despesas Operacionais são penalidades concernentes ao contrato de compra e venda de gás com o supridor Petrobras e Perdas Estimadas no Recebimento de Créditos. As Outras Receitas e Despesas estão discriminadas na tabela a seguir:

DESCRIÇÃO – RECEITAS (A)	2019	2018
Penalidade de retirada de gás a maior e a menor	2.075	392
Penalidade de transporte de gás térmico (Ship or pay)	52.874	5.139
Penalidade de Falha de fornecimento	1.173	102
Penalidade de retirada de gás (Binomial)	1.645	3.136
Multa contratual	-	476
Receita capacidade de transporte	661	759
Receita variação preço gás	11.938	5.353
Reversão provisões contingências cíveis	-	107
Reversão provisões contingências trabalhista	111	42
Outras receitas operacionais	12.877	1.201
Total de Outras Receitas Operacionais (total A)	**83.354**	**16.707**

O aumento relevante nas Outras Receitas Operacionais decorreu da Operação de TAKE OR PAY com a Térmico. O contrato assinado com a CGTF prevê que a mesma só poderá recuperar o TAKE OR PAY até o último mês do sétimo ano seguinte ao da apuração paga e não retirada de determinado ano. Assim, os valores registrados no passivo como débito nas operações de gás que decorreram de exercício até 2012 foram considerados receita, uma vez que a CGTF não tem mais o direito de recuperá-los.
Pode-se observar um aumento relevante na Penalidade de transporte de gás térmico (Ship or pay) em relação a 2018, uma vez que tal valor decorre de operações com a CGTF e, no ano anterior, a Termelétrica foi paralisada.
Esta redução ocorreu porque a Petrobras, supridora de gás natural, aplicou a cláusula de resilição do contrato de suprimento à CEGÁS e de fornecimento à Central Geradora Termelétrica Fortaleza – CGTF (Termofortaleza), resultando na paralisação da operação da Termelétrica. O suprimento à CGTF retornou em 2019.

DESCRIÇÃO – DESPESAS (B)	2019	2018
Penalidade de retirada a maior e a menor	(1.472)	(1.691)
Penalidade de transporte de gás térmico (Ship or pay)	(62.072)	(5.136)
Despesa vairação preço do Gás	(11.869)	(2.956)
Provisão créditos liquidação duvidosa	(165)	(116)
Provisão contingências trabalhistas	(7)	(113)
Provisão contingências cíveis	(1)	(19)
Perda alienação/baixa	(223)	-
Outras despesas operacionais	(1)	(108)
(-) Outras Despesas Operacionais (total B)	(75.810)	(10.139)
TOTAL (A+B)	**7.544**	**6.568**

NOTA 32. RESULTADO FINANCEIRO

DESCRIÇÃO – Receitas Financeiras	2019	2018
Receitas de Aplicações Financeiras	7.743	7.680
Outras Receitas Financeiras	902	793
TOTAL	**8.645**	**8.473**

DESCRIÇÃO – Despesas Financeiras	2019	2018
Juros de Financiamentos	(3.029)	(3.882)
Despesa Financeiras - Arrendamento	(1.134)	-
Outras Despesas Financeiras	(3.083)	-
TOTAL	**(7.246)**	**(3.882)**

As Despesas Financeiras estão representadas por juros de financiamento no montante de R$ 3.029, referente ao contrato de financiamento firmado com o Banco do Nordeste do Brasil para expansão da rede de gasodutos, além da atualização monetária, conforme cláusula do Termo de Encerramento de Pendências (TEP) firmado com a Petrobras para operação e manutenção do gasoduto para atendimento a Termofortaleza, conforme Nota Explicativa nº 19, a qual foi registrada em Outras Despesas Financeiras.
As Receitas Financeiras estão representadas por rendimentos de aplicações financeiras a taxas demonstradas nas Notas Explicativas n° 7 e 8.

NOTA 33. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

DESCRIÇÃO	2019	2018
Processos Judiciais com Depósitos Integrais	1.535	1.443
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS	**1.535**	**1.443**

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada a seguir:

Efeito da CSLL	2019	2018
Lucro Antes da CSLL após reversão do JRCP	68.351	63.177
(-) Despesas JRCP	(10.083)	(10.006)
Lucro Antes da CSLL	58.268	53.171
(+) Adição ao lucro real	**8.239**	**4.629**
Depósitos Judiciais	4.514	4.244
Multas Indedutíveis	230	4
Incentivos fiscais Lei Rouanet / Desportiva/ FDCA/ Fundo do Idoso/ Produção Cinematográfica	634	50
Doações Indedutíveis	-	50
Provisão para contingências trabalhistas	7	221
Programa emp. Cidadã - Sal. Matern 60 dias	25	19
Despesa Financeira e Amortização IFRS 16	2.687	-
Reversão PCLD gerencial	102	-
Outras	40	41
(-) Exclusões	**(2.378)**	**(149)**
Reversão de provisões não dedutíveis	(111)	(149)
Reversão de aluguéis IFRS 16	(2.267)	-
Alíquota	**9%**	**9%**
Contribuição social corrente	(5.772)	(5.189)
Contribuição social diferida	407	(382)
TOTAL	**(5.365)**	**(4.807)**

Efeito do IRPJ	2019	2018
Lucro Antes do IRPJ após a reversão do JRCP	68.351	63.177
(-) Despesas JRCP	(10.083)	(10.006)
Lucro Antes do IRPJ	58.268	53.171
(+) Adição ao lucro real	**8.351**	**4.727**
Depósitos Judiciais	4.514	4.244
Multas Indedutíveis	230	4
Incentivos fiscais Lei Rouanet / Desportiva/ FDCA/ Fundo do Idoso/ Produção Cinematográfica	634	50
Bônus Diretoria	112	98
Doações Indedutíveis	-	50
Provisão para contingências trabalhistas	7	221
Programa emp. Cidadã - Sal. Matern 60 dias	25	19
Despesa Financeira e Amortização IFRS 16	2.687	-
Reversão PCLD Gerencial	102	-
Outras	40	41
(-) Exclusões	**(2.378)**	**(149)**
Reversão de provisões não dedutíveis	(111)	149
Reversão de aluguéis IFRS 16	(2.267)	-
Alíquota	25%	25%
Imposto de renda corrente	(15.919)	(14.414)
Imposto de renda diferido	1.128	1.061
TOTAL	**(14.791)**	**(13.353)**

Conforme determina a NBC TG 32 (R3) – Tributos sobre o Lucro, foram constituídos no exercício os valores do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias dedutíveis existentes na data do balanço e, apurados com base nas provisões para riscos fiscais e passivos contingentes, sendo tais valores adicionados à base de cálculo do lucro real.
A previsão fornecida pelos advogados da Companhia para o desfecho dessas diferenças temporárias ocorrerá até o exercício findo em dezembro de 2022.
Os valores pagos correspondentes ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido estão demonstrados na tabela abaixo:

	2019	2018
Imposto de Renda (IRPJ)	3.393	2.626
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	6.087	5.337
Total	**9.480**	**7.963**

NOTA 34. RESERVAS DE LUCROS
Em 30 de novembro de 2018, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE expediu o Laudo Constitutivo nº 213/2018, que concedeu a redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis sobre o lucro da exploração da atividade de produção de gás natural, por um prazo de 10 anos, na quantidade ampliada de 1.642.753.968 m³/ano com vigência de 01/01/2018 a 31/12/2027.
O valor do incentivo fiscal é contabilizado em conta de resultado em contrapartida da conta do Imposto de Renda, reduzindo o valor a pagar. No final do exercício, a partir de Lucros Acumulados é realocado para Reserva de Lucros no Patrimônio Líquido, devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízo contábil, conforme previsto no artigo 523 do Regulamento do Imposto de Renda.
A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de agosto de 2019 aprovou o aumento de capital, com a incorporação de reserva de incentivos fiscais, no montante de R$ 11.185 sem modificação da quantidade de ações existentes. Deste montante, R$ 443 refere-se ao Reinvestimento de IRPJ constituído no exercício de 2017. E o valor de R$ 10.742 refere-se ao Lucro da Exploração do exercício de 2018.
A rubrica reserva de lucros abrange, além da reserva de incentivos fiscais, a reserva legal, que, no ano de 2019, foi constituída conforme Nota Explicativa n° 25 e acumula saldo de R$ 27.363.
Os valores de incentivos fiscais e reserva legal apurados estão demonstrados na tabela abaixo:

RESERVA DE LUCROS	2019	2018
Incentivos Fiscais SUDENE	12.509	11.847
Reserva Legal	27.363	25.126
TOTAL	**39.872**	**36.973**

NOTA 35. LUCRO POR AÇÃO
O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais. A Companhia optou por incluir as ações preferenciais no cálculo, tendo em vista seu direito a dividendo igual ao das ações ordinárias. No caso da Companhia, não existe ações em tesouraria que diluam o cálculo do lucro por ação, não havendo, nesse caso, diferença entre o lucro básico e o lucro diluído. No quadro a seguir, estão apresentados os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação.

DESCRIÇÃO	2019	2018
Lucro Líquido atribuído ao acionista	60.853	56.674
Total de Ações Ordinárias e Preferenciais	39.400	39.400
Lucro/Ação	**1,54**	**1,44**

NOTA 36. PARTES RELACIONADAS
As transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas, foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações. Enfatiza-se que transações mercantis com a empresa ligada Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras são realizadas de acordo com os preços praticados pelo mercado. A CEGÁS possui contrato de compra de gás firme inflexível firmado com a Petrobras, assinado em novembro de 2014, garantindo o fornecimento de 520.000m³/dia de gás de natural com vigência até dezembro de 2019. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 dezembro de 2019 e de 31 de dezembro de 2018 estão demonstrados na tabela a seguir:

ANO	Parte Relacionada /Operações	Fornecedor	Financiamento	Adiant. a Fornecedor	Contas a Pagar	Contas a Receber	Div. Mínimos (25%)
2019	Estado Ceará	-	-	-	-	-	470
	Petrobras	69.345	12.134	38.934	-	1.131	-
	Gaspetro	-	-	-	21	-	2.962
	Mitsui	-	-	-	75	-	2.962
2018	Estado Ceará	-	-	-	-	-	333
	Petrobras	18.147	12.134	30.504	-	1.110	-
	Gaspetro	-	-	-	21	-	2.672
	BR Distribuidora	-	-	-	-	15.334	-
	Mitsui	-	-	-	22	-	2.672

(1) Informação líquida de impostos
Os valores de R$ 75 e de R$ 21 registrados em Contas a pagar a parte relacionadas referem-se ao reembolso da remuneração do diretor administrativo e financeiro e diretor técnico e comercial para os acionistas Mitsui e Gaspetro.

NOTA 37. COBERTURA DE SEGUROS
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens que compõem o ativo da concessão, por valores considerados pela Companhia suficientes para cobrir eventuais perdas.
Os valores correspondentes à garantia de cobertura de eventuais sinistros estão evidenciados na tabela:

DESCRIÇÃO	2019	2018
Responsabilidade Civil	20.000	20.000
Riscos Nomeados (Incêndio)	12.000	12.000
TOTAL	**32.000**	**32.000**

NOTA 38. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
As transações financeiras efetuadas pela Companhia são pertinentes às suas atividades econômicas, envolvendo particularmente contas a receber e a pagar, e financiamentos de cunho operacional. Esses instrumentos, devido a sua natureza, condições e prazos, têm seus valores contábeis registrados nos balanços patrimoniais próximos aos valores de mercado.

Gerenciamento dos riscos financeiros
A CEGÁS possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:
- Risco de Crédito (ii)
- Risco de Liquidez (iii)
- Risco de Mercado (iv)

(i) Estrutura de gerenciamento de risco
O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da CEGÁS. O Conselho de Administração estabeleceu o Comitê de Auditoria Estatutária, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da CEGÁS. O Comitê reporta periodicamente ao Conselho de Administração sobre suas atividades.
As políticas de gerenciamento de risco da CEGÁS são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A CEGÁS através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os empregados tenham consciência de suas atribuições e obrigações.
O Comitê de Auditoria da Companhia supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Companhia está exposta. O Comitê de Auditoria é suportado pela Coordenadoria de Auditoria Interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nas políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado destes procedimentos é reportado para o Comitê de Auditoria.

(ii) Risco de crédito
Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.
A Companhia está exposta ao risco de crédito de instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa e equivalente de caixa. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e por contas a receber em 30 de dezembro de 2019.
A administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa são reduzidos em função de suas operações serem realizadas com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.
A CEGÁS está exposta a possibilidade das perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes. Para mitigar este risco, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e acompanhamento permanente das posições em aberto.
Uma análise de redução ao valor recuperável é efetuada a cada data de reporte usando uma matriz de provisão para avaliar as perdas de crédito esperadas. As taxas de provisão são baseadas em dias de atraso, sendo classificado em 4 grupos: a vencer, vencidas até 30 dias, vencidas entre 30 e 365 dias e vencidas a mais de 365 dias. As taxas foram baseadas na análise histórica de recebimento de créditos da Companhia, aliada à experiencia dos profissionais que trabalham diretamente no recebimento destes valores, à análise técnica pormenorizadas dos títulos e à análise de mercado. As taxas de provisão não foram segregadas por segmentos, uma vez que se contatou que a política de recebimento de crédito é a mesma para todos os segmentos da Companhia, sendo irrelevante a divisão de taxas de provisão por segmento. O cálculo reflete a probabilidade ponderada de perda, aplicando-se o índice de provisão de perda sobre o valor dos créditos abertos por categoria. Vale ressaltar que foram desconsideradas as penalidades contratuais recuperáveis, devido à particularidade desse tipo de operação, além dos créditos em abertos oriundos de operações com a térmica, já que a probabilidade de perda advindo desse cliente é muito baixa. Abaixo, são apresentadas as informações sobre a exposição de crédito nas contas a receber da Companhia em 31 de dezembro de 2019, utilizando-se de uma matriz de provisão.

Classificação dos créditos por data de vencimento	a vencer	Até 30 dias	Entre 30 e 365 dias	Maior que 365 dias
Valor total a receber	20.973	1.620	404	2.043
Índice de perda de crédito esperada	0,0074%	0,1277%	12,3542%	94,9922%
Perda de crédito esperada	**2**	**2**	**50**	**1.940**

(iii) Risco de liquidez
Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A Companhia utiliza seus recursos principalmente com despesas de capital, despesas operacionais e pagamentos de dividendos.
A abordagem da CEGÁS na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.
A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

2019	Valor Contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos	3 - 5 anos
Fornecedores	80.233	80.233	-	-
Empréstimos e financiamentos	59.862	8.844	14.750	36.268
Outras contas a pagar	4.353	4.286	67	-
Total	144.448	93.363	14.817	36.268

2018	Valor Contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos	3 - 5 anos
Fornecedores	31.496	31.496	-	-
Empréstimos e financiamentos	53.556	19.527	14.786	19.243
Outras contas a pagar	4.655	4.588	67	-
Total	89.629	55.600	14.786	19.243

(iii) Risco de mercado
Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.
A Companhia possui aplicações financeiras indexadas à variação do CDI, expondo este ativo financeiro às flutuações nas taxas de juros conforme demonstrado no quadro de sensibilidade a seguir:

				Cenários			
				Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%	
Instrumentos	2019	Risco	% a.a (a)	%	Valor	%	Valor
Ativo Financeiro							
Aplicação Financeira (b)	7.871	CDI	4,52%	5,65	89	6,78	178

				Cenários			
				Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%	
Instrumentos	2019	Risco	% a.a (a)	%	Valor	%	Valor
Ativo Financeiro							
Aplicação Financeira (b)	7.871	CDI	4,52%	3,39	(89)	2,26	(178)

(a)Taxa de juros efetiva
(b)Representam as aplicações financeiras de curto e longo prazo – Nota explicativa nº 8.

Hugo Santana de Figueirêdo Junior
Diretor Presidente

Fábio Augusto Norcio
Diretor Adm. e Financeiro

Flávio Borges Barros
Diretor Técnico e Comercial

Mardônio Barbosa da Silva
Contador CRC-CE 019178/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2019

Aos Ilmos. Srs.
Acionistas, Diretores E Demais Administradores Da
Companhia De Gás Do Ceará - Cegás
Av. Washington Soares nº 6475 - Bairro José de Alencar - CEP. 60.830-005
Fortaleza - Ceará - Telefone: (85) 32666900 32666908
CNPJ(MF) 73.759.185/0001-96 - Site: www.cegas.com.br

1) Opinião sem ressalva:
Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2) Base para Opinião sem Ressalva
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da CEGÁS continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a CEGÁS ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da **CEGÁS** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

4) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
√ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
√ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
√ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
√ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
√ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

5) Outros Assuntos
5.1. Demonstração do Valor Adicionado
Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, como informação suplementar, cuja apresentação não é requerida como parte integrante das demonstrações financeiras para companhias de capital fechado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

5.2. Relatório de Administração
A administração da **CEGÁS** é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

5.3.Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nossa empresa, cujo relatório emitido em 15 de fevereiro de 2019, sem modificação de opinião.

Fortaleza/CE, 02 de março de 2020

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O "S" CE

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S" CE
Sócio Sênior

Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S" CE

Thomaz de Aquino Pereira
Contador – CRC/PE 021100/O-8 "S" CE

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas, Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, compreendendo: o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, com suas respectivas Notas Explicativas, bem como a Demonstração do Valor Adicionado e a Proposta de Destinação de Resultados, baseada nas Demonstrações Financeiras apreciadas conforme segue: Do lucro líquido de 2019, já descontado da participação nos lucros para os empregados e do bônus para os diretores, no valor de R$ 60.852.840,01 (sessenta milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e quarenta reais e um centavo), está proposto reter como Reserva Legal o valor de R$ 2.237.018,47 (dois milhões, duzentos e trinta e sete mil, dezoito reais e quarenta e sete centavos) que corresponde a 3,68% do lucro líquido, tendo em vista o limite de 20% previsto na Lei 6.404/76, e como Reserva de Incentivos Fiscais R$ 11.846.870,30 (onze milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, oitocentos e setenta reais e trinta centavos), considerar no lucro o efeito da diferença temporária decorrente da adoção inicial do IFRS 16/ CPC 06 no montante de R$ 395.022,74 (trezentos e noventa e cinco mil, vinte e dois reais e setenta e quatro centavos), restando o montante de R$ 46.373.928,50 (quarenta e seis milhões, trezentos e setenta e três mil, novecentos e vinte e oito reais e cinquenta centavos), como dividendos totais, que descontando R$ 10.083.127,60 (dez milhões, oitenta e três mil, cento e vinte e sete reais e sessenta centavos) já pagos no exercício como Juros Remuneratórios do Capital Próprio levam ao valor líquido a pagar de R$ 36.290.800,90 (trinta e seis milhões, duzentos e noventa mil, oitocentos reais e noventa centavos). Complementarmente, em termos de apresentação no Balanço Patrimonial e da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a administração está propondo como dividendos a pagar, no Passivo Circulante, os dividendos mínimos obrigatórios de 25% no valor de R$ 6.394.435,61 (seis milhões, trezentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e sessenta e um centavos) e o restante do valor líquido dos dividendos propostos de R$ 29.896.365,29 (vinte e nove milhões, oitocentos e noventa e seis mil, trezentos e sessenta e cinco reais e vinte e nove centavos). Considerando que a documentação verificada está em boa ordem e, conforme o Relatório da AUDIMEC Auditores Independentes S/S, de 02 de março de 2020, cujo parecer se apresenta sem ressalvas, assim como, a aprovação do Conselho de Administração em sua reunião 201 de 16/03/2020 e encaminhamento a Assembleia Geral após ouvido o Conselho Fiscal. Entende este Conselho Fiscal que as peças referidas estão em conformidade com as normas legais aplicáveis, à situação financeira da Companhia, opina favoravelmente a aprovação das matérias em questão e pelo encaminhamento dos referidos documentos à deliberação dos Acionistas em Assembleia Geral Ordinária (AGO), conforme a Lei nº 6.404/76, artigo 163, incisos II e VII. Não está sendo apresentada proposição de retenção para fazer frente ao Orçamento de Capital.

Fortaleza, 16 de março de 2020.

Marcio Musso de Góes
Presidente e Conselheiro Fiscal
Cesar Leandro Rebordoes Carauta
Conselheiro Fiscal
Fernanda Mara de Oliveira Macêdo Carneiro Pacobahyba
Conselheiro Fiscal